

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Ciência Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Isis Arantes Maciel de Souza

Participação política:

Uma visão integrada a partir do *Modelo do Voluntarismo Cívico* e do Modelo dos Efeitos da Legitimidade Sobre a Participação Política

Belo Horizonte

2013

Isis Arantes Maciel de Souza

Participação política:

Uma visão integrada a partir do *Modelo do Voluntarismo Cívico* e do Modelo dos Efeitos da Legitimidade Sobre a Participação Política

Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA.

Linha de Pesquisa: Instituições Políticas e Democracia

Orientador: Prof. Dr. Mário Fuks

Belo Horizonte

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG

2013

Isis Arantes Maciel de Souza

Participação política:

Uma visão integrada a partir do *Modelo do Voluntarismo Cívico* e do *Modelo dos Efeitos da Legitimidade Sobre a Participação Política*

Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA.

Orientador: Prof. Dr. Mário Fuks

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Fuks (Orientador/UFMG)

Profa. Dra. Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro (SOA/UFMG)

Prof. Dr. Bruno Reis (DCP/UFMG)

Prof. Dr. Ernesto Amaral (DCP/UFMG)
(Suplente)

Belo Horizonte, 9 de maio de 2013.

Para minha mãe

This is (...) about you and me. As citizens, voters, protesters, campaign, workers, community, party members, and political spectators, we are the driving force of the democratic process (DALTON, 2008).

Agradecimentos

À CAPES, que financiou este trabalho.

Ao orientador, Mário Fuks, minha eterna gratidão por tantos ensinamentos. Obrigada por tentar me ensinar que pesquisa se faz com trabalho longo, muitas vezes árduo. Agradeço a oportunidade de trabalhar ao seu lado e por ser o maior incentivador na superação de meus limites.

No Departamento de Ciência Política – UFMG, tantos contribuíram para minha formação. Agradeço a todos os professores que o compõe. Tenho muito orgulho de ter sido aluna em um departamento como esse.

Na secretaria do DCP, Alessandro, com generosidade e disponibilidade fez que a burocracia fosse menos sofrida. Obrigada.

Robert Bonifácio, crítico ácido e amigo querido, foi leitor assíduo dos pré-projetos que antecederam esse trabalho e dos esboços que teceram essa dissertação.

Quando esse trabalho decidiu se aventurar pela metodologia quantitativa Prof. Ernesto fez com que isso foi possível, me aceitando em diversas disciplinas e dando tantas sugestões. Essa dissertação também deve muito aos pacientes ensinamentos quantitativos de Diego Cortezzi, colega sempre disposto, quem acompanhou e colaborou com tamanha generosidade das escolhas das variáveis até as análises dos modelos.

Aos integrantes do Grupo de Comportamento Político coordenado por Mário Fuks, composto de gente tão solidária. Colegas que leram e releeram partes desse trabalho com atenção e rapidez como também contribuíram com sugestões e críticas.

Aos colegas de sala da turma de 2011 do mestrado, pessoas queridas que tornaram o processo menos árduo. Gente amada como Evânio, Felipe, Mari Dias, Clarisse, Ivanildo e Cássio. Um agradecimento especial à Rayza Sarmiento e Mariana Alencar, amigas maravilhosas no sentido mais lindo que esse adjetivo pode ter. Helga Almeida também é imensamente querida e dividiu comigo as angustias da escrita, em um calor danado, lá na FACE. Em turmas posteriores chegaram para somar: Clarice, Thiago, Débora, Léo e Julião.

Felipe Riccio, Filipe Corrêa, Geélison, Giliard, Léo Barros, Matheus Araújo, Rayza Sarmiento e Helga Almeida foram leitores e corretores desse trabalho. Jamais poderei agradecer tamanha colaboração.

À minha banca examinadora, Ludmila Mendonça, Bruno Reis e Ernesto Amaral.

Uma dissertação de mestrado vai além da academia e não se dá sem um arcabouço de gente querida.

Aos meus amados pais que sempre priorizaram nossa educação com todos os seus esforços. Poderia dizer também que são autores desta obra. Meus irmãos queridos, alegrias das minhas voltas pra casa. Esses entenderam minha ausência. Entenderam minha escolha. Sinto saudade.

Às amigas de longa data Carmen, Lívia, Thalita, Rafa, Natasha e Clarisse que sempre foram - quando longe - uma torcida tão sincera e - quando perto - a prova de que algumas coisas nunca mudam.

Nayara Alvim, Luisa Siqueira, Nadja Ganda, Nath e Flávia Guimarães dividiram comigo, durante esses dois anos, tantos apartamentos. Obrigada pela companhia e amizade. Vocês foram essenciais para que o processo não fosse definitivamente enlouquecedor. Devo

agradecer em especial Flávia David, já que chega a ser embaraçoso enumerar tantos motivos de agradecimento.

Belo Horizonte me trouxe surpresas felizes. Fabíola Paulino, Márcia Amaral e Carina Fonseca são algumas delas.

Resumo

Este trabalho investigou o fenômeno da participação política. Buscamos captar e relacionar os fatores que fossem explicativos ao fenômeno em questão. Para percorrer nosso objetivo, construímos a fusão de dois modelos - o *Modelo do Voluntarismo Cívico* e o modelo dos efeitos da legitimidade sobre participação política – nossa argumento é que os dois modelos constituem um modelo mais explicativo. Através de técnicas de análise multivariada propusemos responder a quatro questões: Quem são as pessoas que participam da política? Como as atitudes em relação ao regime político e suas instituições impactam a participação política e definem os canais por onde ela acontece? Por que os indivíduos participam? Responder a essas quatro perguntas foi o objetivo central deste trabalho. A base de dados utilizada para responder as questões propostas por esse trabalho foi o *Barômetro das Américas*, do ano de 2010.

Palavras-chave: Participação política; fusão; *Modelo do Voluntarismo Cívico*; modelo dos efeitos da legitimidade

Abstract

This study investigated the phenomenon of political participation. We seek to capture and relate the factors that were explaining the phenomenon in question. To achieve our goal, we combined two analytical models – The Model Civic Voluntarism and the model of the effects of legitimacy on political participation - our argument is that both models provide a more explanatory view. Through multivariate analysis we sought to answer four questions: Who are the people that participate in politics? How do the attitudes towards the political regime and its institutions impact political participation and define the channels where it happens? Why do individuals participate? Answering these four questions was the goal of this work. The database used to answer the questions posed by this study was *Barômetro das Américas*, conducted in 2010.

Key-words: Political participation; merger; Model Civic Voluntarism, model the effects of legitimacy

Sumário

Introdução: Caminhos percorridos e objetivos.....	13
Capítulo 1- Entre níveis e tipos: o que é participação política?	18
1.1- Participação política: como se faz?.....	18
1.2- Participação política não convencional: novas formas de participação.....	26
Capítulo 2- Dois clássicos e uma tentativa de fusão.....	29
2.1- O Modelo do Voluntarismo Cívico: a atualidade do modelo precursor	29
2.2- A participação em forma de <i>U</i> : a importância da legitimidade.....	34
Capítulo 3- Questões de método.....	43
3.1- Modelo do Voluntarismo Cívico.....	43
3.1.1- Variáveis dependentes utilizadas no Modelo do Voluntarismo Cívico....	43
3.1.2- Variáveis independentes utilizadas no Modelo do Voluntarismo Cívico	44
3.2- Modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política.....	45
3.2.1- Variáveis dependentes utilizadas no Modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política.....	45
3.2.2- Variáveis independentes utilizadas no modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política	45
3.2.3- Variáveis de controle utilizadas no dos efeitos da legitimidade sobre a participação política	47
3.3- Banco de dados	48
3.4- Fusão de dois modelos.....	48
3.4.1- Variáveis dependentes da fusão dos dois modelos	48
3.4.2- Variáveis independentes da fusão dos dois modelos	50
3.5- A busca de um modelo explicativo	58
Capítulo 4- Discussão de resultados	59

4.1- A participação política em manifestação ou protesto público	63
4.2- A participação política como trabalho em campanhas eleitorais.....	63
4.3- Participação política: tentativa de convencer outras pessoas a votarem em algum partido ou candidato	65
4.4- Participação política: participação em reuniões de um partido ou movimento político	66
4.5- Participação política: pedido de ajuda ou cooperação a alguma autoridade local	67
4.6- Participação política: trabalho informal na comunidade	69
4.7- Tentativas de Respostas	70
Considerações finais	78
Referências bibliográficas	81
Apêndice I	84
Apêndice II	90

Introdução:

Caminhos percorridos e objetivos

O conteúdo deste trabalho é, antes de mais nada, consequência de inquietações pessoais e questionamentos diante de teorias. Seu resultado é um esforço gerado por muitas perguntas e algumas respostas.

Quando pensamos em participação política, somos logo remetidos à ideia de democracia. A participação popular, presa à compreensão de que *demos* significa povo, é a base dos sistemas democráticos de governo. Os cidadãos de um sistema democrático, obrigatoriamente, deveriam ter liberdade de preferências políticas e igualdade de influência sobre decisões tomadas pelas elites.

A democracia e suas instituições legitimam-se nos princípios de *igualdade* e *liberdade*. O cerne do conceito de democracia, por tantas vezes abstrato e discutível, tanto na etimologia da palavra quanto para os clássicos da teoria democrática, é a participação do cidadão na comunidade política (DALH, 1956; MILL, 1958; ARISTOTLE, 1962; PATEMAN, 1970; COHEN, 1973; DALH, 1998; HELD, 2001 *apud* BOOTH E SELIGSON, 2009).

Dahl (2001) estabelece uma série de condições e critérios que devem ser preenchidos de modo a garantir a efetivação das democracias modernas, os quais influenciam o desempenho institucional dessas democracias e fazem com que caminhem em direção à *poliarquia*. A *poliarquia* pressupõe a existência de igualdade política; entretanto, um sistema político democrático é condição necessária, mas não suficiente, para se obter igualdade política. Isso acontece porque recursos políticos, conhecimento e habilidade são sempre distribuídos desigualmente, afirma o autor. Dahl (2001) postula que governos democráticos

devem ser responsivos às preferências políticas de seus cidadãos, como também devem considerá-los de forma igualitária. Entretanto, em decorrência das desigualdades de recursos políticos, conhecimento e habilidades, os cidadãos expressam de formas desiguais suas demandas ao governo. Em outras palavras, Dahl (2001) apontou que, por mais que governos democráticos busquem a igualdade, a participação política sempre será assimétrica.

Quando as indagações iniciais dessa dissertação foram propostas, desejava-se investigar os problemas da desigualdade de participação política no Brasil. Nossa hipótese era que as desigualdades socioeconômicas, tais como desigualdade de renda e escolaridade, teriam impacto sobre as desigualdades de participação política. Realizados testes iniciais, deparamo-nos, entretanto, com temáticas, questões e problemas diferentes. Surgiram, então, questões como baixas porcentagens de participação política não eleitorais entre os brasileiros. Será que a participação política brasileira seguia uma lógica contrária à que apontava a literatura internacional, tal como apresentada nos estudos de Norris (2002) e Dalton (2008)?

Os questionamentos acima, em determinado momento, levaram-nos à proposta de pensar participação política brasileira em seus momentos de latência, ou seja, um esforço explicativo para o comportamento a respeito da participação política dos brasileiros nos momentos em que eles não vão às urnas.

Nossas questões iniciais que basicamente perpassaram pelas indagações feitas por Verba, Schlozman e Brady (1995) na obra *Voice and Equality* continuaram presentes. As perguntas norteadoras do trabalho dos autores eram: *Por que algumas pessoas participam da política e outras não? Por que algumas pessoas não se tornam ativistas políticos?* De acordo com os autores, as respostas para essas perguntas são: *porque os indivíduos não podem participar, porque indivíduos não querem participar ou porque ninguém lhes formulou*

questões que os movessem à participação. Em outras palavras, porque faltam recursos socioeconômicos necessários e habilidades (*skills*), porque falta engajamento psicológico com a política (*engagement*) ou porque os indivíduos estão fora das redes de recrutamento político (*recruitment*). A ideia de recursos está relacionada com o modelo do *status* socioeconômico (SES), e os autores destacam três tipos de recursos: tempo, dinheiro e habilidade cívica.

Diante de questionamentos que se entrelaçavam, nossa pergunta inicial persistia: Por que algumas pessoas participam da política e outras não? E se desdobrava em quatro indagações: Quem são as pessoas que participam da política? Como as atitudes em relação ao regime político e suas instituições impactam a participação política e definem os canais por onde ela acontece? Por que os indivíduos participam? Responder a essas quatro perguntas foi o objetivo central deste trabalho.

Para responder a esses questionamentos, buscamos norte em autores que já haviam trabalhado com questões sobre participação política. Utilizamos dois modelos propostos pela literatura: o Modelo de Voluntarismo Cívico desenvolvido por Verba, Schlozman e Brady (1995) e o modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política¹ elaborado por Booth e Seligson (2009). O trabalho de Verba, Schlozman e Brady (1995) é capaz de nos responder quem são os indivíduos que participam da política e por que eles participam. Entretanto, falta ao modelo explicativo desenvolvido pelos autores fatores estritamente políticos capazes de esclarecer como as atitudes em relação ao regime político e suas instituições impactam a participação política e definem os canais por onde ela acontece? A tentativa de aperfeiçoamento do modelo proposto por Verba, Schlozman e Brady (1995) se fez possível diante de sua fusão ao modelo desenvolvido por Booth e Seligson (2009). Para

¹ Booth e Seligson (2009) não denominam o modelo desenvolvido por eles. Dessa maneira, nós o trataremos neste trabalho por modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política.

esses últimos, o grau de legitimidade dos regimes democráticos impacta diretamente a participação política. Seis dimensões de legitimidade são propostas pelos autores, as quais, neste trabalho, foram fundidas ao Modelo do Voluntarismo Cívico. Dessa maneira, tentaremos responder as indagações propostas por meio da fusão entre o Modelo do Voluntarismo Cívico e o modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política.

A pergunta *quem são eles* é respondida pelas variáveis que correspondem aos recursos do Modelo do Voluntarismo Cívico de Verba, Schlozman e Brady (1995). As respostas para *como as atitudes em relação ao regime político e suas instituições impactam a participação política e definem os canais por onde ela acontece* são contempladas pelo grau de legitimidade que os indivíduos conferem aos regimes democráticos, questão baseada na proposta de Booth e Seligson (2009). Por fim, *por que participam* é respondida pelo Modelo do Voluntarismo Cívico, associada à motivação².

No Brasil, pouco se sabe sobre os fatores que impactam a participação política. Acreditamos ser essa uma justificativa simples, entretanto significativa, para termos escolhido a participação política brasileira como o objeto de pesquisa. A fonte utilizada foi o banco de dados do *Barômetro das Américas*, referente ao ano de 2010.

Nossa hipótese é que tanto os fatores referentes aos recursos – existentes no modelo do voluntarismo cívico – como as seis dimensões de legitimidade – os fatores estritamente políticos – impactariam a participação política no Brasil; e a conjunção dessas variáveis em um modelo explicativo possibilitaria uma compreensão mais completa do fenômeno participação política.

² Gostaríamos de ter trabalhado a questão do recrutamento em nosso modelo, entretanto não foi possível por limitações metodológicas, já que não possuímos uma variável relacionada à questão em nosso questionário.

A fusão dos dois modelos tinha, inicialmente, como um dos seus objetivos entender o fenômeno da participação política no Brasil. Entretanto, o resultado foi um modelo explicativo combinado para explicar o fenômeno da participação política, utilizando o Brasil apenas aplicação do modelo. Reconhecemos aqui essa limitação de nosso trabalho, a qual pretendemos resolver em trabalhos posteriores.

No capítulo 1 de nosso trabalho, fizemos um esforço de revisão bibliográfica a respeito dos conceitos de participação política. Tentamos focar nas transformações e evoluções sobre esses conceitos através de uma linha temporal.

O capítulo 2 é resultado de uma explanação dos modelos que foram base para a construção deste trabalho: o Modelo do Voluntarismo Cívico, desenvolvido por Verba, Schlozman e Brady (1995), e o modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política, elaborado por Booth e Seligson (2009).

O capítulo 3 é nosso capítulo metodológico. Retomaremos todas as variáveis utilizadas pelos Modelos do Voluntarismo Cívico e pelo modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política, como também apresentaremos as variáveis utilizadas na fusão desenvolvida por nós, o banco de dados utilizado e a metodologia.

O capítulo 4 é constituído por nossa discussão de resultados, respostas às questões propostas e considerações finais.

Capítulo 1

Entre níveis e tipos: o que é participação política?

1.1 – Participação política: como se faz?

É preciso, primeiro, entender o que já se pensou a respeito do que significa participação política. Os conceitos de participação se configuram em diferentes indicadores empíricos, os quais, por sua vez, transformam-se em medidas de participação passíveis de serem mensuradas empiricamente. Essas medidas de participação se materializam em modalidades de participação; e, a partir dessas últimas, com a posse de dados empíricos, temos a possibilidade de mensurar (BORBA, 2012). Por esses motivos, importa para nosso trabalho rever os principais argumentos que se destacaram sobre o tema na literatura acerca do conceito de participação política.

Milbrath (1965) foi um dos precursores no tema sobre participação política e desigualdades. O conceito é definido pelo autor como *todas as ações que influenciam os fatos consequentes das ações de um governo*. Entretanto, Milbrath (1965) apenas considerou como tipos de participação política ações referentes aos momentos eleitorais das democracias, ou seja, o ativismo em processos e decisões eleitorais. A participação política é cumulativa na concepção do autor e, por isso, ocorre em um modo *continuum*, ou seja, indivíduos que participam em um tipo de ação política possivelmente participarão de outras ações políticas participativas. As ações consideradas por Milbrath como participação política são: solicitar, por ações políticas, aos governantes; votar; participar de discussão política; tentar convencer alguém a votar em algum candidato ou interesse; usar adesivo político; fazer contato com funcionários públicos; contribuir com dinheiro para algum partido ou candidato; assistir a comícios ou assembleias; contribuir para uma campanha política; participar ativamente de

partido político; participar de reuniões políticas; solicitar contribuições em dinheiro para causas políticas; candidatar-se a um cargo eletivo; ocupar cargos públicos.

No trabalho em questão, Milbrath tematizou sobre participação política e desigualdade quando desenvolveu uma escala de centralidade em uma tentativa de mensurar participação política. O autor argumentou que, quanto mais central fosse um indivíduo, mais chances ele teria de ser politicamente ativo. No modelo proposto, há uma escala de divisão dos indivíduos de acordo com seu nível de participação, sendo divididos em: *passivos*, *espectadores* e *gladiadores*. Os primeiros não participam, os segundos participam pouco e os últimos são engajados. A ideia de centralidade proposta possui duas dimensões: objetiva e subjetiva. A objetiva são aspectos basicamente de *status* socioeconômico como ocupação, escolaridade e habitação. Enquanto a dimensão subjetiva consiste em aspectos cognitivos como crenças e opiniões particulares do indivíduo, identificação com a comunidade onde vive, percepção de eficácia da política e envolvimento ou alienação à política. Ocupar uma posição central na escala de centralidade e periferia proposta por Milbrath (1965) significa possuir valores mais altos nas dimensões objetiva e subjetiva. Dessa maneira, indivíduos centralizados possuem uma maior predisposição à participação política.

Já Pizzorno (1975) aponta que o fenômeno da participação política é ligado historicamente a dois fatores opostos, entretanto, convergentes: a reivindicação das classes baixas à ampliação dos direitos políticos; e a tentativa das elites de se fortalecerem e se legitimarem através de alianças com as novas forças populares. O argumento desenvolvido por meio dessa análise aponta que participação política é consequência de uma busca de consenso e do atendimento às demandas por mais igualdade política. A participação política acontece concomitantemente dentro e fora do Estado por meio de regras estabelecidas.

Quando ocorre fora do Estado e de seus canais tradicionais, a participação tem por finalidade modificar as estruturas de desigualdade que regem essas regras.

O modelo de Pizzorno (1975) é o primeiro onde as lutas de classe e dos movimentos sociais ganham sentido. Nessa direção, a participação política é um fenômeno que vai além de ser apenas processos eleitorais e atividades endógenas ao Estado. O autor define participação política como a *ação que se cumpre em solidariedade com outros, no âmbito do Estado ou de uma classe, com vistas a conservar ou a modificar a estrutura (e, por consequência, os valores) do sistema de interesses dominantes*. A ação de participar é vista com legitimidade quando as atividades estão diretamente relacionadas às instituições políticas e ao governo ou quando as ações são referentes às lutas de classes. Dessa maneira, participação política fica definida binariamente entre: ações direcionadas e internas ao *sistema estatal* – nesse âmbito, agem os políticos profissionais e a sociedade civil na política; mas participação política também são ações direcionadas a uma participação externa ao Estado, onde agem os movimentos sociais e as subculturas.

Pizzorno (1975) formulou uma tipificação da participação política. A diferença entre os tipos de participação elaborados pelo autor reside nos aspectos do canal onde a ação acontece. Essa ação pode ser inserida no aparelho estatal ou externamente a ele, como também a ação se dá em relação à prevalência da solidariedade que a participação possui, que pode ser privada ou política. A solidariedade privada se dá por meio dos interesses privados dos indivíduos, enquanto a solidariedade política é marcada pela representação da sociedade civil. Existem, para Pizzorno, quatro tipos de participação política: o *profissionalismo político*, a *participação civil na política*, os *movimentos sociais* e, por último, a *subcultura*.

O *profissionalismo político* é o tipo de participação exercido pelo indivíduo que vive da política, para lembrar Max Weber (1919). Na maioria das vezes, esses indivíduos são

representantes de entidades de classe que constituem uma representação da sociedade civil organizada e atuam junto ao Estado no intuito de defenderem alguns interesses referentes à sua categoria, ou seja, um interesse coletivo.

O segundo tipo de participação política é a *participação civil na política*, que nos remete à expressão das demandas sociais ao Estado, são organizações e associações que nascem através da solidariedade dos interesses privados dos indivíduos. Os indicadores mais característicos desse tipo de participação são a adesão a partidos, o pertencimento a associações voluntárias integrantes do sistema, as relações de negócio e amizade com políticos profissionais e o pertencimento a grupos corporativos de interesse e outros similares.

Os *movimentos sociais* são o terceiro tipo de participação política, o qual propõe uma ruptura da estrutura social e busca um novo modelo. Existe, nesse tipo de participação, a solidariedade política, que só é possível quando o movimento social reúne o poder necessário para transformar a sociedade e ser um agente mobilizador. Esse tipo de ação é extraestatal, ou seja, encontra-se fora dos canais tradicionais de participação que conduzem ao Estado.

O quarto tipo de participação política é a *subcultura*, a qual se assemelha com a participação civil, diferindo-se basicamente na exclusão dos canais tradicionais que intermediam a comunicação com as instituições. Trata-se de grupos relativamente homogêneos, formados por tipos sociais mais marginalizados em relação ao sistema de valores prevaletentes na sociedade. Esse tipo de participação é instável, oscilando entre apatia e transformação para a participação civil.

Em uma perspectiva de participação política mais restritiva, que aborda somente as formas de participação socialmente aceitas, temos o trabalho de Verba e Nie (1972). Os autores em questão consideraram como participação política as formas de participação

convencionais, focando na participação política *ordinária* – *within the system* –, reconhecidas como legais e legítimas. Ribeiro e Borba (2010) apontam a desconsideração, por parte dos autores, das atividades de protesto ou violência política. Para Verba e Nie (1972), participação política tem como objetivo final influenciar os atos daqueles que detêm o poder decisório. Os modos de participação considerados pelos autores encontram-se em quatro modos de atividade: voto, atividade de campanha, atividade comunitária e contato personalizado.

Como afirma Borba (2012), o grande mérito das referidas pesquisas foi, além do aspecto comparativo, sua busca por uma análise desagregada dos atos de participação. Essa nova perspectiva levou a conclusões muito distintas daquelas abordagens unidimensionais de Milbrath que afirmavam que a participação operaria em um *continuum*. Para Verba e Nie (1972), em vez de um *continuum*, existem múltiplos fatores referentes a atributos sociodemográficos e atitudinais onde os participantes são incluídos de maneiras diferentes.

Acompanhando a proposta de Verba e Nie (1972), participação política para Wiener (1971) remete também à ideia de vocalização de demandas e influência nas decisões das elites governamentais. O autor considera como participação política as ações políticas exercidas pelos indivíduos, as quais devem obrigatoriamente ser mobilizações voluntárias. Sobre os indicadores de participação política, Wiener (1971) considera os mesmos tipos convencionais que já eram considerados por Verba e Nie (1972); entretanto, considera as manifestações que possuem caráter violento ou ilegal como legítimas, incluindo-as como modalidade de participação política.

Na mesma perspectiva de Weiner (1971), Huntington e Nelson (1976) propõem uma visão ampliada da participação política. Os autores consideram as formas propostas por Milbrath (1965) e por Verba e Nie (1972), incorporando a elas atos violentos como formas de participação. Da mesma maneira que Verba e Nie (1972), os autores incluem apenas

atividades que têm por objetivo final influenciar no processo de decisão governamental e afetar as decisões governamentais, isso independentemente de sua eficácia.

Para Huntington e Nelson (1976), a participação não deve ser considerada apenas fenômeno individual. O autor argumenta que as mobilizações coletivas devem ser consideradas formas de participação. Nas palavras do autor, *a participação pode ser individual ou coletiva, organizada ou espontânea, contínua ou esporádica, pacífica ou violenta, legal ou ilegal, eficaz ou ineficaz* ³.

Barnes e Kaase (1979) reorganizam e aprimoram as questões explanadas acima. Os autores desenvolvem um argumento que afirma convergência entre as distintas modalidades de participação. Essa proposta de convergência, que passa a abranger formas não convencionais de participação, é reflexo das ampliações do repertório de participação política, consequência de ondas de protestos que varreram as democracias industriais avançadas em fins da década de 1970. Os autores desenvolveram o primeiro trabalho a entender protestos como uma maneira de participação política legítima e abandonaram a ideia de anomalia atípica. O núcleo articulador de tais formulações é o conceito de *repertórios políticos*. Os autores identificam que *in each country conventional and unconventional political participation are positively correlated* (BARNES e KAASE, 1979, p. 152), ou seja, cidadãos que se engajam em modalidades não convencionais não estão excluídos da atividade da participação política convencional. Além de acreditarem que o ativismo na participação política acontece dentro e fora das modalidades convencionais e que os protagonistas desse ativismo transitam entre os dois canais, os autores percebiam esse fenômeno como características de desenvolvimento político e econômico.

³ Tradução própria.

Barnes e Kaase (1979) classificaram como modalidades convencionais aquelas já apresentadas acima pelo modelo elaborado por Verba e Nie (1972), que são: tentar convencer outras pessoas a votarem da mesma forma que você, trabalhar para partidos políticos ou candidatos, participar de campanhas políticas ou comícios, fazer contato com funcionários públicos, informar-se sobre política nos jornais, discutir política com os amigos, trabalhar com outras pessoas na comunidade. Por atividades não convencionais, os autores entendem atividades relacionadas a atos de protesto, as quais, numa escala de complexidade (e custos), são: assinar um abaixo-assinado, participar de manifestações legais, participar de boicotes, recusar-se a pagar aluguel ou impostos, ocupar edifícios ou fábricas, bloquear o tráfego, participar de greves.

Também contribuindo para a questão das formas não convencionais de participação política encontramos as considerações de INGLEHART & WELZEL (2005). Para Inglehart (1997), o pós-materialismo é consequência de uma lenta e contínua alteração nas prioridades valorativas individuais em nível mundial que estaria ocorrendo nas sociedades, e esse fato levaria os indivíduos a uma postura pós-materialista. A modernização seria um processo de desenvolvimento humano, onde desenvolvimento econômico gera processo de mudança cultural. Mesmo com significativas diferenças culturais entre as várias nações estudadas, a reorientação valorativa resultava principalmente do desenvolvimento econômico experimentado a partir da segunda metade do século XX, especialmente pelas sociedades industriais avançadas (INGLEHART, 1977; 1990; 2001; INGLEHART & WELZEL, 2005).

O crescimento econômico produz efeitos muito importantes sobre o nível cultural, seja em termos do projeto societário, seja em relação aos valores individuais. Com isso, tal fenômeno cultural teria consequências para os mais variados campos: da organização do trabalho às relações de gênero, do comportamento sexual à religiosidade. Na dimensão

política, teria efeito altamente positivo sobre os processos de democratização, pois estaria associado à adoção de valores e atitudes congruentes com essa forma de governo (INGLEHART & WELZEL, 2005).

Essas orientações subjetivas consequentes do pós-materialismo também seriam acompanhadas de uma postura crítica em relação ao funcionamento das instituições políticas (INGLEHART, 1990; 2001; INGLEHART & WELZEL, 2005). Em consequência disso, haveria uma redução significativa nas taxas de mobilização política convencional. O pós-materialismo faria com que os indivíduos se preocupassem cada vez mais com questões relacionadas à autoexpressão, gerando uma *intervenção cidadã na política* (INGLEHART, 2001, p. 221). Para Inglehart (2001), em perspectiva mundial, os valores pós-materialistas estariam fortemente associados com ações políticas não convencionais, como manifestações, boicotes, ocupações, bem como ao interesse por política em geral.

Podemos entender o que é o materialismo/pós-materialismo desenvolvido por Inglehart (1990) ao observarmos o índice que é utilizado pelo autor como medida de adesão a esses valores pós-materialistas. O índice é construído por 12 itens que representariam os principais objetivos prioritários de qualquer sociedade: 1) manter a ordem; 2) aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes; 3) combater o aumento de preços; 4) proteger a liberdade de expressão; 5) manter altas taxas de crescimento econômico; 6) assegurar que o país tenha importantes forças de defesa; 7) dar maior importância à opinião das pessoas sobre os assuntos em seu trabalho e em sua comunidade; 8) fazer as cidades e paisagens mais bonitas; 9) manter a economia estável; 10) progredir em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana; 11) lutar contra a delinquência; e 12) progredir em direção a uma sociedade onde as ideias são mais importantes que o dinheiro.

1.2 – Participação política não convencional: novas formas de participação

Dalton (2008) realizou um estudo comparativo entre Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Alemanha. O autor argumenta que tanto as pessoas como a política estão em transformação, e esse fato gera mudanças nos processos democráticos. Essas transformações têm como exemplo de avanços industriais a reestruturação da força de trabalho, a mudança dos contextos de locais de trabalho, dos bairros residenciais, a expansão das oportunidades educacionais, o aumento do acesso à informação, ou seja, a urbanização altera a expectativa de vida e seu estilo. De acordo com Dalton (2008), essas mudanças geraram o enfraquecimento das redes sociais de trabalho e de lealdades institucionais e um declínio dos valores tradicionais e normas sociais.

Para Dalton (2008), o resultado dessas tendências sociais é o desenvolvimento de um novo estilo de cidadão político. Quando as características socioeconômicas mudam, transformam-se também as características do público; uma das mutações que ocorre nesse novo tipo de cidadão político refere-se a sua participação política. Nesse contexto, a participação em eleições declina, entretanto, a participação política em protesto, ações em grupo, boicotes e participação em conflito aumentam. Os novos cidadãos políticos são menos propensos a serem sujeitos passivos e mais prováveis de exigirem voz para participar nas decisões que afetam suas vidas. Um novo estilo de cidadãos políticos reflete uma maior participação ativa nos processos democráticos.

De acordo com Dalton (2008), eleitores estão mais informados e preparados para lidar com as complexidades do mundo da política. Essa sofisticação política, entretanto, não direciona para uma maior identificação dos eleitores com os partidos políticos. Dalton analisou o funcionamento das democracias contemporâneas e discutiu o processo de mudança, com enfoque nas atividades políticas. Em seus resultados, constatou que existe

nessas sociedades uma tendência ao declínio das ações políticas convencionais e ao crescimento das ações não convencionais. Como ação convencional são considerados o voto, as atividades de campanha e as atividades comunitárias; enquanto como ações não convencionais, o autor considera as manifestações públicas, os abaixo-assinados, petições e até atitudes semilegais, como os boicotes, e as ilegais, como as ações mais violentas.

Vários autores afirmam que o envolvimento dos cidadãos na sociedade e na política está minguando e que essa tendência teria consequências negativas para a democracia. No entanto, Dalton (2008) questiona essa conclusão. De acordo com o autor, o envolvimento político não está generalizadamente declinando em sociedades industriais avançadas. Em vez disso, as formas de ação política estão mudando, e somente as velhas formas de participação política estão diminuindo.

Apesar da modernização, comparecimento às urnas em eleições e possíveis ativismos em campanhas estão declinando na maioria das democracias industriais avançadas. Brody (1978) refere-se a essa situação como “o enigma da participação política”. Por que a participação eleitoral diminuiu, se as habilidades de participação política e os recursos estão aumentando? Maior participação política não implica necessariamente em um crescimento nas formas convencionais de ativismo político. Em vez disso, a elevação dos níveis de sofisticação pode mudar a natureza da participação, pois a participação política vem em várias formas e tamanhos. Assim pensa Norris (2002), ao argumentar que aconteceu nas últimas décadas do século XX a retirada dos cidadãos dos canais de participação tradicionais. Os sintomas desse problema incluem volatilidade do comportamento eleitoral, aumento do sentimento antipartidário e decadência das organizações cívicas.

Entretanto, como afirma Norris (2002), indicadores apontam mais fortemente para uma evolução, transformação e reinvenção da participação cívica, ao invés de sua morte prematura, ou seja, existem nos dias atuais formas alternativas de engajamento político.

Fenômenos como o decréscimo da participação eleitoral e o aumento de sentimento antipartido são alguns indicadores do afastamento dos cidadãos em relação aos canais tradicionais de participação política. O que aconteceu na realidade foi uma reinvenção da participação política com a prática crescente de novas formas de envolvimento cívico e político. Em suma, o que a autora afirma perceber é o surgimento de mudanças significativas na natureza da interação entre os cidadãos e a elite política, caracterizadas pelo crescimento do repertório de ação política e de novas e múltiplas formas de participação. Esse processo corresponde às evidências encontradas por Norris (2002), quando a autora fala de uma reinvenção democrática, justificando, dessa maneira, o título da obra “Democratic Phoenix”.

Capítulo 2

Dois clássicos e uma tentativa de fusão

O esforço principal deste trabalho é responder as quatro indagações a respeito da participação política em um único modelo analítico. Quem são as pessoas que participam da política? Como as atitudes em relação ao regime político e suas instituições impactam a participação política e definem os canais por onde ela acontece? E por que indivíduos participam? Para isso, propomos a fusão de dois modelos. *O Modelo do Voluntarismo cívico*, desenvolvido por Verba, Schlozman e Brady, e o *modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política*, elaborado por Booth e Seligson.

2.1– O Modelo do Voluntarismo Cívico: a atualidade do modelo precursor

Segundo a formulação mais geral da abordagem dos recursos, espera-se que, *ceteris paribus*, nas diversas sociedades, os indivíduos mais abastados (ou seja, aqueles com maior renda e escolaridade) sejam também aqueles que mais se mobilizam politicamente. A abordagem dos recursos traz, para a análise do comportamento político, variáveis socioeconômicas que denotam a posição social do indivíduo, e assim os recursos permitem a superação dos custos inerentes à participação política (TIMPONE, *apud* BUENO, 2010).

Desigualdade de participação é um tema caro a Verba, Schlozman e Brady (1995). Os autores consideram que a democracia só existe em uma sociedade quando todos os seus cidadãos são capazes de vocalizar igualmente suas demandas políticas. Quando, apesar da igualdade de direitos, os indivíduos não possuem as mesmas condições de participar politicamente, então essa desigualdade de participação se torna um problema relevante para as democracias (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). A principal preocupação dos autores

é a desigualdade na participação associada à vocalização não igualitária de demandas, as quais proporcionam uma desigualdade na responsividade governamental. Para os autores, um sistema que nega direitos iguais de participação e de vocalização para seus cidadãos viola um princípio estruturante do regime democrático – a participação política igualitária.

Para investigar o tema em questão, Verba, Schlozman e Brady (1995) partem das seguintes perguntas: por que algumas pessoas participam da política e outras não? De acordo com os autores, essa pergunta permite mais do que uma resposta: porque os indivíduos não podem participar, porque indivíduos não querem participar, ou porque não foram incitados a participar, com um convite de alguém, por exemplo. Em outras palavras, porque faltam recursos socioeconômicos necessários e habilidades adquiridas (*skills*), porque falta engajamento psicológico com a política (*engagement*) ou porque os indivíduos estão fora das redes de recrutamento que os trazem para a política (*recruitment*) (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995, p. 269).

Os resultados encontrados na investigação dos autores foram que quando insumos de tempo e dinheiro são acoplados às competências cívicas, os cidadãos começam a se tornar não só mais propensos a participar, mas também aumentam a probabilidade de serem eficazes quando o fazem. Todas as formas de atividade política demandam recursos; então, o que determina qual voz será ou não ouvida pelo sistema político são se o indivíduo possuem recursos (tempo, dinheiro ou habilidades) e a quantidade desses recursos que eles possuem.

Verba, Schlozman e Brady (1995) desenvolveram o que denominaram de *Modelo do Voluntarismo Cívico*, o qual é um dos esforços mais significativos no desenvolvimento de uma teoria sobre participação política. Os modos de participação considerados por Verba, Schlozman e Brady (1995) encontram-se em nove modalidades: votar, trabalhar em campanhas políticas, contribuir em campanhas políticas, contatar oficiais, protestar, trabalhar

informalmente na comunidade, ser membro de um conselho local, filiar-se em organização política e contribuir para uma causa política⁴. Cada uma das modalidades de participação política requer determinados tipos de recursos, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 1 – Os atributos das atividades políticas

Atividade	Capacidade para transmitir informação	Variação no volume	Requerimentos
Voto	Baixo	Baixo	Tempo
Trabalho de campanha	Misto	Alto	Tempo e Dinheiro
Contribuição para campanha	Misto	Alto	Dinheiro
Protesto	Alto	Médio	Tempo, Habilidades
Contato com agentes públicos	Alto	Médio	Tempo
Trabalho informal na comunidade	Alto	Alto	Tempo, Habilidades
Membro de um clube político local	Alto	Alto	Tempo, Habilidades
Filiação a uma organização partidária	Misto	Alto	Tempo, Habilidades, Dinheiro
Contribuição a uma causa política	Misto	Muito alto	Dinheiro

Fonte: Verba *et alii* apud Borba, 2012.

De acordo com esse modelo, a participação política seria condicionada por três fatores: redes de recrutamento, engajamento e recursos.

O recrutamento⁵ é explicado pela proximidade do indivíduo às redes que são capazes de elevar suas chances de participar politicamente, ou seja, que incitam a sua

⁴ Essa tipologia foi construída através de correlações internas e análises fatoriais das seguintes variáveis: ser atualmente registrado para votar, frequentar as eleições presidenciais e locais, persuadir outras pessoas a votarem em determinado candidato, trabalhar ativamente para partido ou candidato, contribuir com dinheiro para partido ou candidato, manter contato com lideranças locais ou nacionais, participar de protesto no último ano, trabalhar com outros para resolver problemas locais, formar um grupo de trabalho sobre problemas locais, participar ativamente em organizações comunitárias para resolução de problemas, ser membro de um conselho político local, ser filiado em organização política, contribuir para uma causa política, participar de reuniões políticas ou comícios.

participação. As instituições não políticas com que o indivíduo tem contato em sua vida adulta (trabalho, associações voluntárias, igreja) possuem diversos mecanismos que ampliam o ativismo dos cidadãos na política – um exemplo é ser convidado por algum colega de trabalho ou igreja para participar de alguma atividade política.

O engajamento⁶ está diretamente relacionado ao grau de interesse do indivíduo por assuntos políticos, grau de informação política, identificação partidária e eficácia política. A eficácia política, por exemplo, gera o sentimento de que o indivíduo faz a diferença quando envolvido em atividades políticas.

Os recursos são os elementos principais do modelo explicativo por constituírem o fator necessário para que engajamento e recrutamento sejam convertidos em atividade política. Isso acontece porque, mesmo quando indivíduos possuem elementos que lhes propiciam predisposição à motivação política elevada, são os recursos que possibilitam a conversão do engajamento e recrutamento em ação política. A ideia está relacionada com o modelo do *status* socioeconômico (SES)⁷. Verba, Schlozman e Brady (1995) destacam três tipos de recursos: tempo⁸, dinheiro⁹ e habilidades cívicas¹⁰, sendo que cada recurso é diferentemente relacionado à posição social do indivíduo e à forma como influenciam na participação. Renda e tempo são extremamente relacionados ao *status* socioeconômico e, em decorrência disso, são estritamente mais disponíveis aqueles em posições socioeconômicas mais altas. O terceiro

⁵ O recrutamento foi mensurado pelos autores através de perguntas que indagaram quantas vezes os indivíduos foram convidados a participar de atividades políticas, como também quais foram os indivíduos que os convidaram.

⁶ O engajamento foi mensurado através de perguntas que mediram o quanto os indivíduos se interessam por política e assuntos públicos, quantas vezes eles discutem sobre política local e nacional, grau de conhecimento político, grau de tolerância ao homossexualismo, racismo, governo militar, religião e, por último, identificação partidária.

⁷ O modelo em questão tem por argumento principal que recursos socioeconômicos e participação política constituem uma relação proporcional.

⁸ Tempo foi mensurado através de perguntas sobre o tempo livre dos indivíduos.

⁹ Dinheiro foi mensurado através de perguntas sobre renda familiar dos indivíduos.

¹⁰ Habilidades cívicas foram mensuradas através de perguntas que questionaram sobre: oportunidades de praticar habilidades cívicas em organizações não políticas, o sinônimo correto de dez palavras na tentativa de captar habilidades de vocabulário, escolaridade, ocupação e raça.

tipo de recurso do modelo são as *habilidades cívicas*. Essas habilidades são capacidades cognitivas de comunicação e organização desenvolvidas pelos indivíduos ao longo da vida, iniciando-se em casa e na escola.

A educação é relevante para todos os fatores da participação política na medida em que afeta a capacidade de desenvolvimento de habilidades, proporciona oportunidades a maiores níveis de renda, possibilita aos indivíduos estarem em ambientes onde eles podem ser recrutados para a atividade política e estimula o engajamento psicológico e cognitivo com a política (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Já na vida adulta, as habilidades cívicas são adquiridas com a frequência nas instituições não políticas, que são o local de trabalho, as associações voluntárias da sociedade civil e a igreja. Essas organizações não políticas proporcionam ao indivíduo exposição ao estímulo político. A socialização e o aprendizado em organizações não políticas aumentam e permitem uma maior eficácia na participação política. A inclusão desses fatores à temática da participação política é de extrema importância, pois ela faz com que os autores superem a ideia tradicional de que recursos socioeconômicos são os únicos determinantes da participação política.

Os resultados da pesquisa de Verba, Schlozman e Brady (1995) apontam que indivíduos mais dotados de recursos requeridos para a participação política conseguem ser mais “ouvidos” pelos governos; ou seja, vocalizam suas preferências de forma mais eficiente e fazem com que elas cheguem de forma mais adequada à esfera política. A conclusão a que chegam os autores aponta para o fato de que a persistência de desigualdades sociais continuará a gerar desigualdade na participação política (FIALHO, 2008).

2.2 – A participação em forma de U: a importância da legitimidade

Easton (1965) argumentou que *apoio político* é diretamente relacionado com as experiências pessoais de cada indivíduo. Existe um processo cultural de transmissão do significado das instituições que passa de geração para geração. Entretanto, o fator que mais influencia a identificação com as instituições são as experiências políticas que acontecem ao longo da vida adulta. Essas últimas nos permitem avaliar e julgar com racionalidade o desempenho institucional, avaliando-se os resultados consequentes das ações das instituições, como, por exemplo, o desenvolvimento socioeconômico ou o cumprimento das regras normativas.

Desenvolvendo os apontamentos acima, Easton (1965) argumenta que apoio político dos cidadãos é multidimensional. O autor elabora uma clássica distinção entre *apoio difuso* e *apoio específico* ao regime. O *apoio difuso* remete-se à atitude do indivíduo em relação ao sistema político como um todo, independentemente do desempenho de seus responsáveis, sendo o apoio à nação e ao regime de forma mais latente e relacionado aos resultados gerados pelo sistema político. O *apoio específico* ao regime político refere-se ao funcionamento cotidiano das instituições, é a satisfação e a confiança dos cidadãos com o funcionamento da democracia, ao desempenho dos governos e das suas lideranças políticas, aos atores políticos específicos. Esse tipo de apoio é *condicional* ao funcionamento das instituições e ao desempenho dessas autoridades. Apoiar ou não um regime é consequência de questões culturais, as quais são oriundas do processo de socialização e da experiência adquirida durante a vida. Entretanto, questões relativas ao desempenho dos regimes também influenciam no apoio dos indivíduos (EASTON, 1965). A importância dos desempenhos dos regimes e a importância que essa consequência tem sobre os apoios aos regimes marcam o trabalho de Booth e Seligson (2009).

Booth e Seligson (2009) se propuseram a responder duas importantes questões sobre fatores que impactam a participação política: os autores indagaram se a legitimidade importa para a participação política. Se a resposta for positiva, o quanto importa? Com a resposta afirmativa, que legitimidade importa para a participação política, os autores desenvolveram um modelo de regressão OLS na tentativa de mensurar o impacto da legitimidade sobre os modos de participação política¹¹. Essa última foi mensurada a partir de seis medidas utilizadas na análise como variáveis dependentes: votação, contato com ocupantes de cargos públicos, ativismo em campanhas e partidos políticos, ativismo comunal, ativismo na sociedade civil e protesto¹². Os autores utilizaram em seu modelo seis dimensões de legitimidade como variáveis independentes: existência de uma comunidade política, apoio aos princípios do regime, apoio às instituições do regime, avaliação do desempenho do regime, apoio ao governo local, apoio às lideranças políticas e às autoridades¹³. Indivíduos que atribuem baixos

¹¹ Como já mencionamos anteriormente Booth e Seligson (2009) não denominam o modelo desenvolvido por eles. Dessa maneira, nós o trataremos neste trabalho por modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política.

¹² A variável dependente votação refere-se ao indivíduo ter se registrado para votar e votado nas últimas eleições para presidente. Contato com oficiais públicos refere-se a algum contato com legislador, oficial local ou ter petitionado o governo municipal. Ativismo em campanhas e partidos políticos foi medido pela frequência com que se participou de encontros políticos, tentou persuadir outras pessoas a votar de determinada maneira e trabalhou em campanhas eleitorais. Ativismos comunais foram medidos através de respostas afirmativas a cinco itens que concernem à contribuição para tentar resolver os problemas da comunidade. Ativismo na sociedade civil é medido pela frequência em quatro tipos de organizações: escola, igreja, melhoria da comunidade ou comercial, profissional ou grupo de produtores.

¹³ A dimensão *existência de uma comunidade política* – a mais básica e difusa das seis dimensões – é mensurada por indagações referentes ao país do indivíduo. Perguntou-se até que ponto ele está orgulhoso de seu país e até que ponto ele concorda que, apesar das diferenças, existem coisas que os unem como país. A dimensão *apoio para os princípios do regime* – que são as normas fundamentais do regime – é mensurada por uma lista de ações que os indivíduos podem fazer para alcançar suas metas e objetivos políticos. Foi indagado ao indivíduo se ele aprova ou desaprova a participação de manifestações legalmente permitidas, pessoas que participam de grupos que tentam resolver problemas da comunidade, pessoas que trabalham em campanhas eleitorais para partidos ou candidatos. A dimensão *apoio às instituições do regime* é mensurada pelo questionamento ao indivíduo, se ele acha que os tribunais garantem um julgamento justo, o quanto os indivíduos respeitam as instituições políticas de seu país, o quanto ele acha que os direitos básicos dos cidadãos estão protegidos pelo sistema político, quão orgulhoso ele se sente a viver sob o sistema político de seu país, o quanto ele acha que deve apoiar o sistema político de seu país, o quanto ele confia no departamento nacional das eleições, o quanto ele confia na legislatura nacional, o quanto ele confia nos partidos políticos e o quanto ele confia na suprema corte. A dimensão *performance do regime* é mensurada pela indagação de como o indivíduo classificaria a situação econômica do país e por que ele acha que, ao longo dos próximos 12 meses, a situação econômica do país será melhor, igual ou pior do que é agora. A dimensão *apoio para o governo local* é mensurada através da pergunta de quanto o indivíduo confia em seu município, se ele diria que os serviços que o município está fornecendo às pessoas são

índices de legitimidade a seus regimes são, de acordo com Booth e Seligson (2009), os cidadãos *descontentes* ou *insatisfeitos* com seus regimes políticos. Da mesma maneira, indivíduos que apresentam altos níveis de legitimidade são considerados pelos autores como *satisfeitos* com seus regimes políticos.¹⁴

Booth e Seligson (2009) apontam a existência na literatura de dois argumentos relacionados e contraditórios quanto à participação política e à legitimidade. O primeiro deles afirma que cidadãos apoiadores dos regimes têm maior possibilidade de participar convencionalmente dentro dos canais institucionais, ao passo que cidadãos insatisfeitos tendem a participar por meio dos canais alternativos; enquanto o segundo argumento assume que indivíduos pouco confiantes em relação às instituições políticas são relutantes em participar do processo democrático, retiram-se, produzindo apatia (NORRIS, 2002). A controvérsia existente na literatura, apontada por Booth e Seligson (2009), acontece porque, por um lado, há o argumento de que cidadãos com baixo grau de legitimidade são os mais propícios ao engajamento em canais de participação não convencionais ou protesto, e, por outro lado, afirma-se que os insatisfeitos retiram-se da arena política e não participam, produzindo apatia.

Os autores mostraram que a afirmação sobre a alta legitimidade é verdadeira, pois diz que indivíduos que possuem alta legitimidade para com seus regimes participam mais;

bons, médios ou ruins, se ele acha que o prefeito e o conselho municipal respondem as demandas das pessoas, se ele teve alguma reclamação sobre um problema local e o levou para um membro do conselho municipal, quanta atenção lhe foi fornecida. A dimensão *apoio às lideranças políticas e às autoridades* é mensurada através da indagação de quanto o indivíduo acha que o governo tem combatido a pobreza, combatido a corrupção governamental, promovido princípios democráticos. Como variáveis de controle, foram também incluídas no modelo variáveis referentes a: cada país estudado, voto no presidente que venceu as eleições, sexo, idade, religião, escolaridade formal, renda, contato com a mídia, informação política, confiança interpessoal, satisfação com a vida, ter sido vítima de crime no último ano, se tem medo do crime na vizinhança, se foi solicitado para suborno no último ano, tamanho da população da comunidade em que o indivíduo reside.

¹⁴ Em nosso trabalho, utilizamos todas as classificações dos autores.

enquanto isso, a afirmação sobre os cidadãos descontentes com seus regimes democráticos é refutável, já que, nos resultados de Booth e Seligson (2009), foi encontrado que, quando os cidadãos estão descontentes com seus regimes, eles tornam-se mais – e não menos – envolvidos com política. Isso é válido para a participação dentro dos canais institucionais – contato com políticos, partidos e campanhas –, como também para outras arenas políticas fora dos canais nacionais – ativismo comunal, sociedade civil e protesto.

Booth e Seligson (2009) realizaram um estudo-piloto em Costa Rica e os achados se contrapõem aos achados correntes na literatura ao encontrarem nesse país um baixo apoio institucional, sem que isso tornasse os cidadãos passivos. Ao contrário, eram cidadãos que participavam tanto dos canais tradicionais como dos não tradicionais.

As evidências encontradas em Costa Rica indicam que cidadãos extremamente seguros de suas opiniões sobre seus regimes concentram suas posições a respeito da legitimidade de seus regimes nas extremidades, ou seja, esses indivíduos seguros de suas opiniões sobre seus regimes são altamente satisfeitos com seus regimes ou altamente insatisfeitos. E esses indivíduos, tanto àqueles que atribuem alta legitimidade como aos que atribuem baixa, participam politicamente na mesma intensidade. Em contraste com aqueles que sentem indiferença sobre suas instituições, os cidadãos que estão intensamente satisfeitos ou insatisfeitos com seus regimes apresentam altos níveis de engajamento cívico.

Booth e Seligson (2009) afirmam que a lógica entre legitimidade e participação articulada por eles sugerem que, nas democracias, funções de legitimidade *versus* participação se configuram em forma de U^{15} , com os mais satisfeitos e mais insatisfeitos participando mais intensamente do que os indiferentes. Os achados de Booth e Seligson (2009), baseados em

¹⁵ Em nosso trabalho não desenvolvemos o modelo em forma de U proposto pelos autores por limitações metodológicas. Pretendemos em trabalhos futuros fazê-lo.

dados de 2004, momento em que cada um dos oito países¹⁶ estudados estavam formalmente democratizados, mostraram então que os níveis ainda muito elevados de descontentamento produzem um efeito estimulante da participação em vez do contrário. Esse argumento, que se contrasta com os resultados apresentados pela literatura ao longo do tempo, sugere uma importante noção geral a respeito do fenômeno participação política. Assim, os autores afirmam que em vários países democráticos da América Latina, onde as democracias são mais jovens do que em outros países, os indivíduos descontentes são engajados em múltiplas arenas, não apenas protestando, mas participando tanto em arenas informais como nas formais. A primeira inclinação do cidadão frustrado da democracia, concluem os autores, não é a anomia e a passividade, mas sim o engajamento.

Os resultados de Booth e Seligson (2009) levam a três conclusões. A primeira delas é que legitimidade afeta cada um dos modelos de participação política, que se configuram em seis modalidades de participação política explicadas por seis dimensões de legitimidade. A segunda, consequência da primeira, é que não são todas as dimensões de legitimidade que terão impacto significativo sobre os modelos de participação política; por exemplo, a percepção da comunidade política afeta menos a participação. Por outro lado, a avaliação do desempenho do regime tem o impacto mais significativo do modelo, pois afeta quatro dos seis tipos de participação. Já o apoio ao governo local afeta três tipos de participação. Por fim, é importante destacar a conclusão de que o padrão principal das relações entre participação e legitimidade é em forma de *U*, isto é, tanto os cidadãos mais satisfeitos quanto os insatisfeitos são mais ativos que os cidadãos que apresentam níveis medianos de legitimidade.

¹⁶ Os países estudados pelos autores foram: México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Panamá e Colômbia.

Ao analisarem a modalidade de participação política em partidos e o ativismo em campanha, os autores concluem que as dimensões da legitimidade referentes a apoio aos princípios do regime, a avaliação positiva da performance econômica do regime, o apoio às lideranças políticas e às autoridades e o apoio para os governos locais formam uma acentuada relação curvilínea com a modalidade de participação em questão, ou seja, em todas as quatro dimensões de legitimidade, os cidadãos que mais e os que menos aprovam o sistema ou os desempenhos de seus regimes participam de atividades de campanha partidária mais do que os indiferentes. Sendo assim, tanto a forte aprovação da performance do governo como a forte desaprovação motivam os cidadãos a participarem de competições eleitorais.

Dois fatores de legitimidade afetam a modalidade de participação que se refere ao contato com ocupantes de cargos públicos. A dimensão *apoio ao governo local* tem um forte efeito sobre o *contato com oficiais públicos* e forma a curva em *U*. A dimensão *apoio para com as instituições do regime* constitui um *U* invertido quando relacionada a essa modalidade de participação, revelando um achado não usual: aqueles que são tanto mais críticos e mais favoráveis às instituições do governo nacional tendem a entrar menos em contato com os funcionários públicos, enquanto que os indiferentes têm um contato maior com o governo. Esse padrão de *U* invertido é único para a relação entre legitimidade e participação. Ele pode indicar um comportamento clientelista – petição direta – que tem fundamental diferença em relação aos outros modos de participação. A petição nos sugere que esse contato provavelmente inclui uma boa quantidade de comportamentos na qual os cidadãos indiferentes ao desempenho do governo nacional procuram avançar em seus interesses pessoais por meio de *lobby*.

Cidadãos de toda América Latina, especialmente em vizinhanças pobres e aldeias rurais, frequentemente engajam-se em atividades comunitárias. Os dados revelam que as

dimensões *avaliação da performance econômica do regime e apoio ao governo local* afetam a modalidade de participação ativismo comunal em um familiar padrão em forma de *U*. Com isso, em vez de abandonarem a política, os descontentes com a performance da economia nacional e os apoiadores do governo local dirigem seu ativismo para suas arenas e trabalham em prol dela.

Como ativismo na sociedade civil, os autores incluem quatro tipos de associação: escola, igreja, profissional e cívica. Nessa modalidade de participação, as normas de legitimidade têm pequeno impacto, exceto para a performance econômica do regime, que resulta na familiar relação em forma de *U*, a qual tem emergido para outros modos de participação; entretanto, sua significância estatística não é forte. Diante dos resultados, os autores constatam que aqueles que são menos satisfeitos com a performance e aqueles que estão mais satisfeitos com a performance tendem a participar nessas organizações um pouco mais intensamente que os indiferentes com o desempenho econômico de seus regimes.

Parte da literatura considera a participação em protestos como participação política não convencional ou como uma modalidade de comportamento político antissistêmica. Seguindo essa lógica, cidadãos que atribuem baixos valores de legitimidade aos regimes seriam também mais propensos a se engajarem em maneiras não convencionais de participação e protestos (NORRIS, 1999; BOOTH, 1991, 2006). Booth e Seligson (2009) encontraram resultados os quais mostraram que maneiras não convencionais de participação são praticadas tanto por indivíduos insatisfeitos com o regime, como também pelos indivíduos satisfeitos. Os autores constataram que há uma relação não linear entre apoio ao regime e participação política, quando os indivíduos menos e os mais satisfeitos com o regime são mais mobilizados. Os insatisfeitos com o regime são propensos a participarem da política de diversas formas, nas quais se incluem formas convencionais de participação, sendo mais

propensos as não convencionais do que os satisfeitos com o regime. Enquanto isso, os mais satisfeitos são também ativos politicamente por diversas formas, entretanto são menos propensos das formas não convencionais quando comparadas com modalidades convencionais, que são formas de participação típicas de indivíduos que atribuem altos valores de legitimidade para seus regimes. Isso sugere fortemente que, nas democracias formalmente consolidadas na América Latina, protestar constitui não uma atividade de participação política que irá desafiar o regime, mas sim uma ferramenta que os cidadãos utilizam para se comunicar com o governo, manifestando sua inconformidade com o funcionamento do sistema político.

Somente duas normas de legitimidade tiveram efeito significativo sobre o protesto político. Tanto os mais comprometidos quanto os menos comprometidos com os princípios do regime democrático protestam mais, resultado que vai contra ao que usualmente afirma a literatura. A segunda dimensão de legitimidade que afeta a modalidade de protesto é a avaliação da performance econômica do regime, e novamente a relação é em forma de *U* – cidadãos que são mais insatisfeitos, assim como os mais satisfeitos com a performance econômica do regime, são mais propícios ao protesto que os indiferentes.

Em suas conclusões, Booth e Seligson (2009) evidenciaram que as seis formas de legitimidade sempre exercem algum impacto sobre participação política. Entretanto, a influência sobre a ação do cidadão está longe de ser uniforme. Os autores percebem que a percepção da comunidade política nacional e o apoio às lideranças políticas e às autoridades têm menos influência na participação, enquanto a avaliação da performance do regime e o apoio ao governo local têm maior efeito.

Como já mencionamos anteriormente, o objetivo principal deste trabalho é contribuir para a explicação do fenômeno da participação política elaborando e testando um modelo

combinado. Para isso, ancoramo-nos aos dois modelos explicativos apresentados acima. Para conseguirmos dar uma contribuição à literatura de participação política, propomos uma fusão dos dois modelos por acreditarmos que ambos trabalharam com variáveis pertinentes ao fenômeno em questão. No entanto, os dois modelos deixaram de fora algum aspecto importante. Essa falta nos pareceu que seria sanada com a fusão dos dois modelos. Apresentaremos no capítulo seguinte quais foram as variáveis utilizadas em cada modelo e como ocorreram a fusão proposta e a configuração do novo modelo construído por nós.

Capítulo 3

Questões de método

Como captar os fatores que melhor explicariam o fenômeno da participação política? Para tentar responder a essa questão de pesquisa, realizamos a fusão de dois modelos explicativos que abordaram os fenômenos relacionados à participação política. Os dois modelos são o Modelo de Voluntarismo Cívico desenvolvido por Verba, Schlozman e Brady (1995) e o modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política elaborado por Booth e Seligson (2009).

Este capítulo tem o intuito de apresentar a metodologia utilizada para a execução do nosso trabalho. Mostraremos aqui as variáveis utilizadas pelos autores nos modelos supracitados que nos serviram de inspiração, e ainda as utilizadas no modelo construído por nós. Em seguida, apresentaremos os dados trabalhados à luz das hipóteses, a justificativa para a escolha do objeto de pesquisa e do banco de dados utilizado, bem como mostraremos a operacionalização das variáveis e os modelos construídos.

3.1 - Modelo do Voluntarismo Cívico

3.1.1- Variáveis dependentes utilizadas no Modelo do Voluntarismo Cívico

- **Ativismo Político**

Votar

Trabalhar em campanha política

Contribuir para campanha política

Protestar

Ter Contato com agentes públicos

Trabalhar informalmente na comunidade

Ser membro de um clube político local

Ser filiado em organização partidária

Contribuir para uma causa política

3.1.2- Variáveis independentes utilizadas no Modelo do Voluntarismo Cívico

- **Recursos**

Tempo

Tempo livre

Dinheiro

Renda familiar

Habilidades Cívicas

Educação

Oportunidade de desenvolver habilidades cívicas no local de trabalho, em organizações não políticas e frequentando a igreja.

Habilidades de vocabulário

- **Engajamento**

Interesse político

Informação política

Eficácia política

Posição partidária

Tolerância

- **Recrutamento**

Ser convidado a participar de atividades não políticas quando exposto às redes de recrutamento

3.2- Modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política

3.2.1. Variáveis dependentes utilizadas no modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política

- **Atividades Políticas**

Votar

Ter contato com oficiais públicos

Ativismo em campanhas e partidos políticos

Ativismo comunal

Ativismo na sociedade civil

Protestar

3.2.2. Variáveis independentes utilizadas no modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política

- **Dimensões de legitimidade**

I-Existência de uma comunidade política

Sentir orgulho do país

Apesar das diferenças existentes, percepção de que existem fatores que os unem como país.

II-Apoio aos princípios do regime

Aprovar a participação das pessoas em manifestações permitidas por lei

Aprovar a participação das pessoas em grupos que tentam resolver problemas na comunidade

Aprovar a participação das pessoas que trabalham em campanhas eleitorais para partidos ou candidatos

III- Apoio às instituições do regime

Achar os tribunais justos

Respeitar as instituições políticas

Achar que os direitos básicos estão protegidos pelo sistema político

Sentir orgulho de viver dentro do sistema político nacional

Achar que se deve apoiar o sistema político

Confiar nas eleições nacionais

Confiar na legislação nacional

Confiar nos partidos políticos

Confiar na Suprema Corte

IV- Performance do regime

Avaliação geral da situação econômica do país

Achar que nos próximos 12 meses a situação econômica de seu país estará melhor, igual ou pior

V-Apoio ao governo local

Confiar no governo municipal

Avaliação dos serviços que o governo municipal fornece para as pessoas

VI-Apoio às lideranças políticas e às autoridades

Achar que o governo [referindo-se ao presidente] combate a pobreza

Achar que o governo [referindo-se ao presidente] combate a corrupção

Achar que o governo [referindo-se ao presidente] promove princípios democráticos

3.2.3- Variáveis de controle utilizadas no modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política

País de origem

Votou em branco para presidente

Sexo

Idade

Religião

Escolaridade

Renda

Contato com a mídia

Informação política

Confiança interpessoal

Satisfação com a vida

Ter sido vítima de crime no último ano

Ter medo de crime em sua vizinhança

Ter sido solicitado para suborno no último ano

Tamanho da população da comunidade em que o indivíduo reside

3.3- Banco de dados

A base de dados utilizada para responder as questões propostas por esse trabalho foi o *Barômetro das Américas*, do ano de 2010. Realizado em 26 países, esse banco de dados foi construído através de, aproximadamente, 43.900 entrevistas feitas com indivíduos das Américas. Para nossa pesquisa, utilizamos os dados referentes ao Brasil. Nosso n inicial era de 2.457 casos, colhidos nas cinco regiões brasileiras. Retirados os *missings*, trabalhamos com 1.394 casos. Para a manipulação dos dados e elaboração dos modelos analíticos foi usando o programa estatístico Stata, versão 12.

3.4- Fusão de dois modelos

Ancorados no *Modelo do Voluntarismo Cívico*, no modelo do efeitos da legitimidade sobre a participação política e na literatura apresentada no item 1.2 do primeiro capítulo, tentamos construir uma fusão de modelos que fosse mais explicativa para o fenômeno da participação política. Já que nossa proposta principal era fundir os dois modelos, fizemos um esforço para uma replicação fiel das variáveis, entretanto, houve limitações do nosso banco de dados e algumas adaptações foram necessárias.

3.4.1- Variáveis dependentes da fusão dos dois modelos

- **Participação Política**

Participar de manifestação ou protesto público

Trabalhar em campanhas eleitorais

Tentar convencer outras pessoas a votar em algum partido ou candidato

Participar de reuniões de um partido ou movimento político

Pedir ajuda ou cooperação à alguma autoridade local

Trabalhar informalmente em comunidade

As perguntas utilizadas para construção de nossas dependentes foram as seguintes:

PROT3. “Nos últimos doze meses, o(a) sr./sra., participou de alguma manifestação ou protesto público”

- (1) Sim
- (2) Não
- (88) NS
- (98) NR

PPI. “Durante as eleições, algumas pessoas tentam convencer outras pessoas a votar em algum partido ou candidato. Com que frequência o(a) sr./sra. tentou convencer outras pessoas a votar em um partido ou candidato?”

- (1) Frequentemente
- (2) De vez em quando
- (3) Muito raramente
- (4) Nunca
- (88) NS
- (98) NR

CPI3. Assiste reuniões de um partido ou movimento político?

- (1) Uma vez por semana
- (2) Uma ou duas vezes ao mês
- (3) Uma ou duas vezes ao ano
- (4) nunca
- (88) NS
- (99) NR

CP4A. Para poder resolver seus problemas, o(a) sr./sra. pediu ajuda ou cooperação alguma vez à alguma autoridade local como o prefeito, vereador, governador?

- (1) Sim
- (2) Não

(88) NS

(98)NR

CP5. Mudando de assunto, nos últimos 12 meses o(a) sr./sra. contribuiu para a solução de algum problema da sua comunidade ou dos seus vizinhos de bairro? Por favor, me diga se fez isso pelo menos uma vez por semana, uma ou duas vezes ao mês, uma ou duas vezes ao ano, ou nunca nos últimos 12 meses.

(1)Uma vez por semana

(2) Uma ou duas vezes ao mês

(3) Uma ou duas vezes ao ano

(4) nunca

(88) NS

(99)NR

Na fusão dos dois modelos, utilizamos as variáveis independentes renda e habilidades cívicas¹⁷, com base no fator recursos do Modelo do Voluntarismo Cívico. Também foram utilizadas as variáveis referentes ao interesse por política e à eficácia política, baseadas no fator engajamento do Modelo do Voluntarismo Cívico. Por último, utilizamos como variáveis independentes seis dimensões de legitimidade baseados no modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política.

3.4.2.- Variáveis independentes da fusão dos dois modelos

- **Recursos**

Renda

- **Habilidades cívicas**

Educação

¹⁷Entendemos que as habilidades cívicas propostas no Modelo do Voluntarismo Cívico são: escolaridade, oportunidade de desenvolver habilidades cívicas em organizações não políticas, habilidades de vocabulário, ocupação e raça. Por motivos de limites em nosso questionário consideramos como habilidades cívicas apenas a oportunidade de desenvolver habilidades cívicas em organizações não políticas e a escolaridade.

Participação não política em reuniões organização religiosa

Participação não política em reuniões de uma associação de pais e mestres da escola ou colégio

Participação não política em Reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade

Participação não política em associação de profissionais, comerciantes, produtores, e/ou organizações rurais

- **Engajamento**

Interesse por política

Eficácia Política

- **Dimensões de legitimidade**

I- Existência de uma comunidade política

Tem orgulho de ser brasileiro

II- Apoio aos princípios do regime

Aprovar ou desaprovar a participação de pessoas em manifestações permitidas por lei.

Aprovar ou desaprovar a participação de pessoas em uma organização ou grupo para resolver os problemas das comunidades.

Aprovar ou desaprovar o trabalho de pessoas em campanhas eleitorais para um partido político ou candidato.

III- Apoio as instituições do regime¹⁸

Acreditar que os tribunais de justiça do Brasil garantem um julgamento justo

Respeitar as instituições políticas do Brasil

Acreditar que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro

Sentir orgulho de viver dentro do sistema político brasileiro

IV- Avaliação do desempenho do regime

Avaliação da situação econômica do país.

Avaliação da situação econômica atual do país em relação há doze meses

Avaliação da situação econômica do país nos próximos doze meses

V- Apoio ao governo local

Confiar no governo municipal

Avaliação dos serviços que a prefeitura oferece para as pessoas

VI- Apoio às lideranças políticas e às autoridades locais

Avaliação do combate a pobreza pelo atual governo federal

Avaliação do combate a corrupção no governo federal

Avaliação do atual governo federal referente a promoção e proteção aos princípios democráticos

¹⁸ Não replicamos as variáveis referentes a achar que se deve apoiar o sistema político, confiar nas eleições nacionais, confiar na legislação nacional e confiar nos partidos políticos e confiar na Suprema Corte por razões contextuais. Acreditamos que a realidade brasileira multipartidária e problemática em relação a identificação partidária traria problemas para a análise. Como também Suprema Corte não faz parte de nossas instituições.

As perguntas utilizadas para construção de nossas variáveis independentes são as seguintes:

Q10. Somando a renda de todas as pessoas que moram na sua casa, incluindo envios de dinheiro de pessoas que estão no exterior ou outro lugar e o salário de todos os adultos e crianças que trabalham, qual das seguintes categorias mais se aproxima da renda familiar dessa casa?

(Se não entendeu, pergunte: quanto dinheiro ao todo entra na sua casa por mês?)

00) Sem Renda

(01) Até R\$ 510,00

(02) De R\$ 510,01 até R\$ 1020,00

(03) De R\$ 1020,01 até R\$ 1.530,00

(04) De R\$ 1.530,01 até R\$ 2.550,00

(05) De R\$ 2.550,01 até R\$ 3.570,00

(06) De R\$ 3.570,01 até R\$ 4.080,00

(07) De R\$ 4.080,01 até R\$ 6.120,00

(08) De R\$ 6.120,01 até R\$ 7.650,00

(09) De R\$ 7.650,01 até R\$ 10.200,00

(10) Mais de R\$ 10.200,01

ED. Qual foi o último ano de escola que o(a) sr./sra. terminou? ___ Ano do _____ (primário, secundário, universidade, superior não-universitário) = _____ total de anos [Usar tabela abaixo para código. Preenchimento obrigatório.]

Nenhum	0							
Primário (séries)	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º
Anos	1	2	3	4	5	6	7	8
Secundário (séries)	1º	2º	3º					
Anos	9	10	11					
Universidade (anos)	1	2	3	4	5	6		
Anos	12	13	14	15	16	17		
Ensino Superior não-universitário (anos)	1	2	3	4				
Anos	12	13	14	15				
NS	88	NR	98					

CP6. Reuniões de alguma organização religiosa? Assiste...

(1) Uma vez por semana

- (2) *Uma ou duas vezes ao mês*
- (3) *Uma ou duas vezes ao ano*
- (4) *nunca*
- (88) *NS*
- (99) *NR*

CP8. *Reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade? Assiste...*

- (1) *Uma vez por semana*
- (2) *Uma ou duas vezes ao mês*
- (3) *Uma ou duas vezes ao ano*
- (4) *nunca*
- (88) *NS*
- (99) *NR*

CP9. *Reuniões de uma associação de profissionais, comerciantes, produtores, e/ou organizações rurais? Assiste...*

- (1) *Uma vez por semana*
- (2) *Uma ou duas vezes ao mês*
- (3) *Uma ou duas vezes ao ano*
- (4) *nunca*
- (88) *NS*
- (99) *NR*

CP7. *Reuniões de uma associação de pais e mestres da escola ou colégio? Assiste....*

- (1) *Uma vez por semana*
- (2) *Uma ou duas vezes ao mês*
- (3) *Uma ou duas vezes ao ano*
- (4) *Nunca*
- (88) *NS*
- (99) *NR*

POL1. *O quanto o(a) sr./sra. se interessa por política: muito, algo, pouco ou nada?*

- (1) *Muito*
- (2) *Algo*
- (3) *Pouco*
- (4) *Nada*
- (88) *NS*
- (98) *NR*

EFF1. *Os que governam o país se interessam pelo que pessoas como o(a) sr./sra. pensam. Até que ponto concorda ou discorda desta frase?*

<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	88	98
<i>Discorda Muito</i>						<i>Concorda Muito</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Não responde</i>

B43. Até que ponto o(a) sr./sra. tem orgulho de ser brasileiro(a)?

<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	88	98
<i>Nada</i>						<i>Muito</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Não responde</i>

E5. A participação de pessoas em manifestações permitidas por lei. Até que ponto aprova ou desaprova?

<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	88	98
<i>Desaprova Fortemente</i>						<i>Apoia Fortemente</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Não responde</i>

E8. A participação de pessoas em uma organização ou grupo para resolver os problemas das comunidades. Até que ponto aprova ou desaprova?

<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	88	98
<i>Desaprova Fortemente</i>						<i>Apoia Fortemente</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Não responde</i>

E11. O trabalho de pessoas em campanhas eleitorais para um partido político ou candidato. Até que ponto aprova ou desaprova?

<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	88	98
<i>Desaprova Fortemente</i>						<i>Apoia Fortemente</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Não responde</i>

B1. Até que ponto o(a) sr./sra. acredita que os tribunais de justiça do Brasil garantem um julgamento justo? (**Leia:** Se o(a) sr./sra. acredita que os tribunais não dão garantia nenhuma de um julgamento justo, escolha o número 1; se crê que os tribunais garantem muito bem um julgamento justo, escolha o número 7, ou escolha uma pontuação intermediária)

<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	88	98
<i>Nada</i>						<i>Muito</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Não responde</i>

B2. Até que ponto o(a) sr./sra. tem respeito pelas instituições políticas do Brasil?

<i>1</i>	<i>2</i>	<i>3</i>	<i>4</i>	<i>5</i>	<i>6</i>	<i>7</i>	88	98
<i>Nada</i>						<i>Muito</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Não responde</i>

B3. Até que ponto o(a) sr./sra. acredita que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro?

1	2	3	4	5	6	7	88	98
<i>Nada</i>						<i>Muito</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Não responde</i>

B4. Até que ponto o(a) sr./sra. se sente orgulhoso(a) de viver no sistema político brasileiro?

1	2	3	4	5	6	7	88	98
<i>Nada</i>						<i>Muito</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Não responde</i>

B32. Até que ponto o(a) sr./sra. tem confiança no governo municipal? (No DF, governo Distrital)

1	2	3	4	5	6	7	88	98
<i>Nada</i>						<i>Muito</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Não responde</i>

SGL1. O(A) sr./sra. diria que os serviços que a prefeitura [No DF, diga O Governo do DF] oferece para as pessoas são... ? [Ler alternativas]

- (1) *Muito bons*
- (2) *Bons*
- (3) *Nem bons nem maus (regulares)*
- (4) *Maus*
- (5) *Muito maus (péssimos)*
- (88) *NS*
- (98) *NR*

N1. Até que ponto o(a) sr./sra. diria que o atual governo federal combate a pobreza?

1	2	3	4	5	6	7	88	98
<i>Nada</i>						<i>Muito</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Não responde</i>

N3. Até que ponto o(a) sr./sra. diria que o atual governo federal promove e protege os princípios democráticos?

1	2	3	4	5	6	7	88	98
<i>Nada</i>						<i>Muito</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Não responde</i>

N9. Até que ponto diria que o atual governo federal combate a corrupção no governo?

1	2	3	4	5	6	7	88	98
---	---	---	---	---	---	---	----	----

<i>Nada</i>					<i>Muito</i>	<i>Não sabe</i>	<i>Não responde</i>
-------------	--	--	--	--	--------------	-----------------	---------------------

SOCT1. Agora, falando da economia... Como o(a) sr./sra. avalia a situação econômica do país? O(A) sr./sra. acha que é muito boa, boa, nem boa nem má, má ou muito má?

- (1) *Muito boa*
- (2) *Boa*
- (3) *Nem boa, nem má (regular)*
- (4) *Má*
- (5) *Muito má (péssima)*
- (88) *NS*
- (98) *NR*

SOCT2. O(A) sr./sra. considera que a situação econômica atual do país está melhor, igual, ou pior que há doze meses?

- (1) *Melhor*
- (2) *Igual*
- (3) *Pior*
- (88) *Não Sabe*
- (98) *Não Respondeu*

SOCT3. O(A) sr./sra. diria que em doze meses a situação econômica do país vai ficar melhor, igual ou pior do que está agora?

- (1) *Ficar Melhor*
- (2) *Igual*
- (3) *Pior*
- (88) *Não Sabe*
- (98) *Não Respondeu*

3.5- A busca de um modelo explicativo

Para realizar nossa análise fizemos uso de modelos multivariados de regressão logística realizamos testes unilaterais. Incluímos como variáveis independentes uma série de medidas relativas a indicadores de recursos e dimensões de legitimidade. Assim, foi possível identificar os impactos desses indicadores sobre o fenômeno da participação política.

Entendemos que antes de adentrar na análise, é necessário tecer algumas explicações sobre o teste unilateral. Um teste de hipóteses é um procedimento estatístico capaz de testar se os dados sustentam uma hipótese ou não, e sempre haverá como alternativas de resposta para o teste realizado a hipótese nula e hipótese alternativa. Cabe então aceitarmos ou rejeitarmos a hipótese nula. Assim sendo, de um modo geral, tomamos uma de duas decisões: rejeitar H_0 ou não rejeitar H_0 . O teste unilateral é empregado quando se deseja detectar variações no parâmetro, tanto para mais quanto para menos. Num teste unilateral, a hipótese alternativa (H_1) diz que o parâmetro é diferente do valor estipulado na hipótese nula, por isso pode-se atribuir o valor de rejeição da hipótese nula, ou seja, o p-valor até 0.2.

Construímos seis modelos de regressão logística para captarmos o impacto de cada variável independente sobre cada modalidade de participação política. Nossas variáveis dependentes foram seis modalidades de participação política binárias, onde sim é igual a um e não é igual a zero. Métodos de somatório e análise fatorial foram utilizados no tratamento das variáveis independentes¹⁹.

¹⁹ Descrevemos detalhadamente a construção das variáveis dependentes e independentes no apêndice I.

Capítulo 4

Discussão de resultados

Investigar o fenômeno da participação política foi a inspiração do presente trabalho. Buscamos, nesta dissertação, captar e relacionar os fatores que fossem explicativos ao fenômeno em questão. Para percorrer nosso objetivo, construímos a fusão de dois modelos baseando-nos em clássicos da literatura internacional que versaram sobre a temática da participação política. Os dois modelos fundidos por nós foram o *Modelo do Voluntarismo Cívico*, desenvolvido por Verba, Schlozman e Brady (1995), e o modelo dos efeitos da legitimidade sobre participação política, resultado dos esforços de Booth e Seligson (2009).

Composto por três fatores explicativos, o *Modelo do voluntarismo cívico* é constituído por recrutamento²⁰, engajamento e recursos, sendo que cada um desses fatores influencia a participação política. Os recursos são formados por três indicadores: *tempo*, que se refere ao tempo livre do indivíduo; *dinheiro*, referente à renda familiar do indivíduo; e *habilidades cívicas*, que são capacidades cognitivas de comunicação e organização desenvolvidas pelos indivíduos quando eles são expostos a fatores como educação e participação não política em associações e organizações civis. O engajamento está diretamente relacionado ao grau de interesse do indivíduo por assuntos políticos, ao grau de informação política, à identificação partidária e à eficácia política subjetiva.

Ao desenvolver o *modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política*, Booth e Seligson (2009) encontram algumas conclusões cruciais. Desses resultados, surge um dos principais argumentos dos autores: “*legitimidade sempre afetará cada uma das modalidades de participação política. Entretanto, não são todas as dimensões de*

²⁰ Como dito anteriormente, não foi possível trabalhar com o fator recrutamento por limites metodológicos. Não havia variáveis correspondentes em nosso banco de dados.

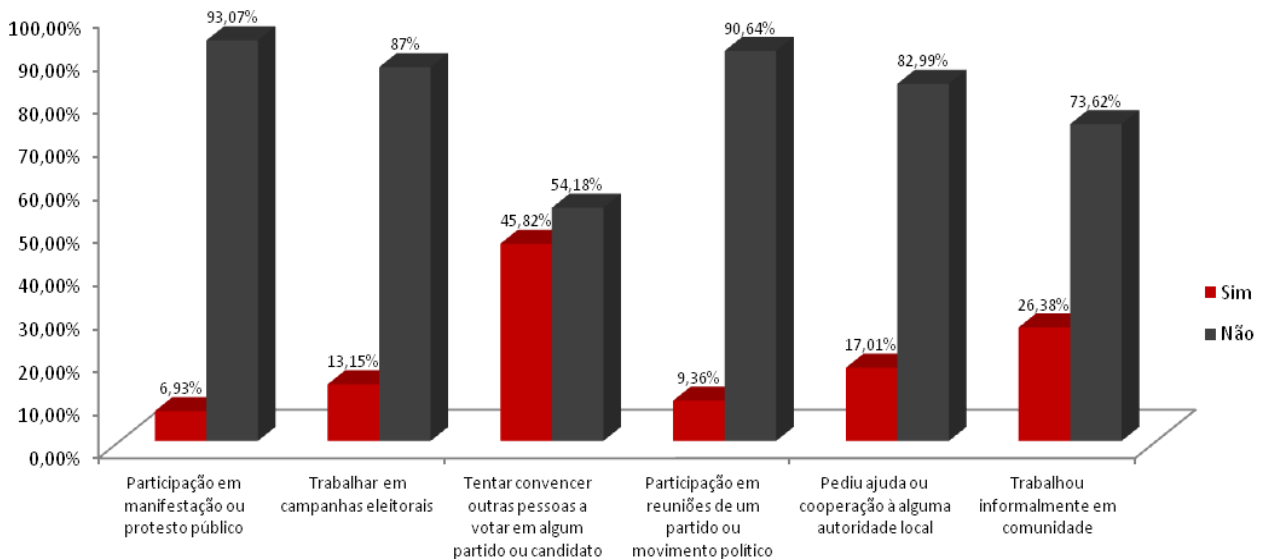
legitimidade, ao mesmo tempo, que impactam significativamente os modelos de participação política” (BOOTH e SELIGSON, 2009, p. 154-157)²¹.

Diante das abordagens teóricas, o *Modelo do Voluntarismo Cívico* apresenta uma lacuna importante: a ausência de preditores que fossem capazes de captar fatores políticos individuais. A contribuição de nosso trabalho é a proposta de aperfeiçoamento do modelo proposto por Verba, Schlozman e Brady (1995). Encontramos solução ao problema do *Modelo do Voluntarismo Cívico* no modelo desenvolvido por Booth e Seligson (2009). *O modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política* possui como indicadores explicativos ao fenômeno da participação variáveis estritamente políticas, que são as seis dimensões de legitimidade. Propusemos, então, um modelo para a participação política com vistas a ampliar a capacidade explicativa dos dois modelos propostos pela literatura. Nossa intenção foi possível a partir da fusão dos dois modelos. Para tanto, a partir dessa nova estrutura de análise, passamos a trabalhar com as variáveis explicativas renda, escolaridade, participação não política, interesse por política, eficácia política e seis dimensões de legitimidade.

Sobre as variáveis dependentes, consideramos seis indicadores de participação política: participar de manifestação ou protesto público, trabalhar em campanhas eleitorais, tentar convencer outras pessoas a votarem em algum partido ou candidato, participar de reuniões de um partido ou movimento político, pedir ajuda ou cooperação a alguma autoridade local e trabalhar informalmente em comunidade. No gráfico 1, temos as porcentagens das respostas positivas e negativas referentes às seis variáveis dependentes que foram trabalhadas.

²¹ Tradução própria.

Gráfico 1 – Variáveis dependentes



Podemos observar que manifestação ou protesto público, trabalho em campanhas eleitorais, participação em reuniões de um partido ou movimento político e pedido de ajuda ou cooperação a alguma autoridade local não ultrapassaram os 20% de respostas afirmativas. Trabalho informal em comunidade teve 26,38% de respostas afirmativas, e, por último, a modalidade com maior porcentagem de respostas afirmativas foi tentativa de convencer outras pessoas a votarem em algum partido ou candidato, a qual atingiu 45,82% de respostas afirmativas.

Nossa hipótese de que os *recursos* e o *engajamento político* oriundos do *Modelo do voluntarismo cívico* fundidos às seis dimensões de legitimidade pertencentes ao *modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação* construiriam um modelo mais completo para explicar a participação política foi comprovada.

Os modelos gerados pela fusão realizada por nós corroboram os resultados encontrados por Verba, Schlozman e Brady (1995) em suas análises ao *Modelo do voluntarismo cívico*, já que, em nossos resultados, as habilidades cívicas e o engajamento influenciaram todas as variáveis dependentes de participação política, enquanto renda e escolaridade influenciaram quatro das seis dependentes. Nossos resultados também estão de acordo com os achados de Booth e Seligson (2009), pois cada variável dependente de participação política foi impactada por, pelo menos, uma das dimensões de legitimidade; e, como já era previsto, não foram todas as dimensões de legitimidade que impactaram cada modelo de participação política, ou seja, as dimensões de legitimidade tiveram o mesmo comportamento em nosso modelo e no *modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política*.

4.1 – A participação política em manifestação ou protesto público

Tabela 2. Modelo de regressão logística para estimar a variável dependente Participação política como manifestação ou protesto público

	Razão de chance	P> t
Constante	.0127403	0.000
Renda familiar		
Sem renda até R\$ 1.020,00	Referência	Referência
De R\$ 1.020,01 até R\$ 1.530,00	.7304418	0.452
De R\$ 1.530,01 até mais de R\$ 10.200	1.438221	0.126
Educação		
De 0 a 4 anos de estudo	Referência	Referência
De 5 a 8 anos de estudo	2.922331	0.038
De 9 até 11 anos de estudo	3.706436	0.009
De 12 a 17 anos de estudo	7.194151	0.001
Participação em reuniões de alguma organização religiosa	.8604968	0.272
Participação em reuniões de uma associação de pais e mestres da escola ou colégio	1.36709	0.105
Participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade	2.769254	0.000
Participação em associação de profissionais, comerciantes, produtores e/ou organizações rurais	.8551987	0.518
Interesse por política	2.145442	0.001
Eficácia política	1.063099	0.435
Existência de uma comunidade política	.8413236	0.115
Apoio aos princípios do regime	1.208094	0.173
Apoio às instituições do regime	1.052905	0.739
Avaliação do desempenho do regime	1.124403	0.291
Apoio ao governo local	.9386146	0.567
Apoio às lideranças políticas e às autoridades	1.144741	0.357
Observações	1.394	

Fonte: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas 2010

Nosso primeiro modelo explicativo tem como variável dependente participação política em manifestação ou protesto público. Ao observarmos a tabela 2, podemos perceber que possuir ou não possuir os recursos renda e habilidades cívicas impacta as chances de participar de manifestação ou protesto público. O interesse por política é um fator impactante sobre a manifestação ou o protesto público. Por último, duas dimensões de legitimidade, a

existência de uma comunidade política e o apoio aos princípios do regime, também são importantes para explicarmos participação em política em questão.

4.2 – A participação política como trabalho em campanhas eleitorais

Tabela 3. Modelo de regressão logística para estimar a variável dependente Trabalho em campanhas eleitorais

	Razão de chance	P> t
Constante	.046742	0.000
Renda familiar		
Sem renda até R\$ 1.020,00	Referência	Referência
De R\$ 1.020,01 até R\$ 1.530,00	1.0528	0.857
De R\$ 1.530,01 até mais de R\$ 10.200	.6868427	0.047
Educação		
De 0 a 4 anos de estudo	Referência	Referência
De 5 a 8 anos de estudo	1.171225	0.523
De 9 até 11 anos de estudo	.9009902	0.540
De 12 a 17 anos de estudo	.8061977	0.566
Participação em reuniões de alguma organização religiosa	.7858998	0.074
Participação em reuniões de uma associação de pais e mestres da escola ou colégio	1.345021	0.104
Participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade	1.522388	0.011
Participação em associação de profissionais, comerciantes, produtores e/ou organizações rurais	.8453963	0.420
Interesse por política	2.486066	0.000
Eficácia política	1.174296	0.006
Existência de uma comunidade política	1.017674	0.782
Apoio aos princípios do regime	.9894711	0.937
Apoio às instituições do regime	.8924322	0.242
Avaliação do desempenho do regime	1.038174	0.540
Apoio ao governo local	.8805016	0.320
Apoio às lideranças políticas e às autoridades	1.139567	0.238
Observações	1.394	

Fonte: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas 2010

Nosso segundo modelo explicativo possui como variável dependente trabalho em campanhas eleitorais. Ao analisarmos a tabela 3, vemos que o trabalho em campanhas eleitorais é impactado pelos recursos renda e habilidades cívicas e pelos dois componentes do engajamento político. Sobre as dimensões de legitimidade, nenhuma delas é importante para a explicação do trabalho em campanhas eleitorais.

4.3 – Participação política: tentativa de convencer outras pessoas a votarem em algum partido ou candidato

Tabela 4. Modelo de regressão logística para estimar a variável dependente Participação política: tentativa de convencer outras pessoas a votarem em algum partido ou candidato

	Razão de chance	P> t
Constante	.4680258	0.074
Renda familiar		
Sem renda até R\$1.020,00	Referência	Referência
De R\$ 1.020,01 até R\$ 1.530,00	1.455271	0.092
De R\$ 1.530,01 até mais de R\$ 10.200	1.078945	0.723
Educação		
De 0 a 4 anos de estudo	Referência	Referência
De 5 a 8 anos de estudo	.8908778	0.568
De 9 até 11 anos de estudo	.9517608	0.793
De 12 a 17 anos de estudo	1.141095	0.593
Participação em reuniões de alguma organização religiosa	1.293157	0.010
Participação em reuniões de uma associação de pais e mestres da escola ou colégio	1.076993	0.386
Participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade	1.365393	0.036
Participação em associação de profissionais, comerciantes, produtores e/ou organizações rurais	.919625	0.574
Interesse por política	1.836141	0.000
Eficácia política	1.056931	0.164
Existência de uma comunidade política	.9553273	0.360
Apoio aos princípios do regime	1.144631	0.251
Apoio às instituições do regime	.7443308	0.002
Avaliação do desempenho do regime	1.011422	0.749
Apoio ao governo local	1.105367	0.238
Apoio às lideranças políticas e às autoridades	1.319504	0.005
Observações	1394	

Fonte: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas 2010

Nosso terceiro modelo explicativo possui como variável dependente a tentativa de convencer outras pessoas a votarem em algum partido ou candidato. Ao observarmos a tabela 4, verificamos que os recursos renda e habilidades cívicas impactam esse tipo de participação política. Engajamento político e duas dimensões de legitimidade também são importantes para a explicação da tentativa de convencimento.

4.4 – Participação política: participação em reuniões de um partido ou movimento político

Tabela 5. Modelo de regressão logística para estimar a variável dependente Participação em reuniões de um partido ou movimento político

	Razão de chance	P> t
_ Constante	.0109976	0.000
Renda familiar		
Sem renda até R\$ 1.020,00	Referência	Referência
De R\$ 1.020,01 até R\$ 1.530,00	1.49647	0.129
De R\$ 1.530,01 até mais de R\$ 10.200	.9009137	0.713
Educação		
De 0 a 4 anos de estudo	Referência	Referência
De 5 a 8 anos de estudo	.9705938	0.934
De 9 até 11 anos de estudo	1.24388	0.598
De 12 a 17 anos de estudo	1.952394	0.172
Participação em reuniões de alguma organização religiosa	1.203137	0.159
Participação em reuniões de uma associação de pais e mestres da escola ou colégio	1.449944	0.057
Participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade	2.357957	0.000
Participação em associação de profissionais, comerciantes, produtores e/ou organizações rurais	1.461983	0.106
Interesse por política	2.754997	0.000
Eficácia política	1.10684	0.106
Existência de uma comunidade política	.9582954	0.710
Apoio aos princípios do regime	1.261213	0.112
Apoio às instituições do regime	.890371	0.360
Avaliação do desempenho do regime	1.092984	0.258
Apoio ao governo local	1.139795	0.239
Apoio às lideranças políticas e às autoridades	1.083597	0.592
Observações	1394	

Fonte: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas 2010

Nosso quarto modelo tem como variável dependente participação em reuniões de um partido ou movimento político. Como observamos na tabela 5, esse tipo de participação é impactado por renda, habilidades cívicas e interesse por política. Das dimensões de legitimidade, apoio aos princípios do regime tem impacto significativo sobre a dependente em questão.

4.5 – Participação política: pedido de ajuda ou cooperação a alguma autoridade local

Tabela 6. Modelo de regressão logística para estimar a variável dependente Pedido de ajuda ou cooperação a alguma autoridade local

	Razão de chance	P> t
Constante	.0633469	0.000
Renda familiar		
Sem renda até R\$ 1.020,00	Referência	Referência
De R\$ 1.020,01 até R\$ 1.530,00	1.247758	0.332
De R\$ 1.530,01 até mais de R\$ 10.200	.9771097	0.930
Educação		
De 0 a 4 anos de estudo	Referência	Referência
De 5 a 8 anos de estudo	.7663202	0.250
De 9 até 11 anos de estudo	.4683088	0.007
De 12 a 17 anos de estudo	.6217277	0.138
Participação em reuniões de alguma organização religiosa	1.320063	0.013
Participação em reuniões de uma associação de pais e mestres da escola ou colégio	1.177248	0.294
Participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade	1.740652	0.000
Participação em associação de profissionais, comerciantes, produtores e/ou organizações rurais	1.328917	0.148
Interesse por política	1.767267	0.018
Eficácia política	.9917527	0.884
Existência de uma comunidade política	1.025722	0.752
Apoio aos princípios do regime	1.182655	0.121
Apoio às instituições do regime	.9081701	0.304
Avaliação do desempenho do regime	1.124258	0.011
Apoio ao governo local	.9084563	0.348
Apoio às lideranças políticas e às autoridades	1.17011	0.099
Observações	1394	

Fonte: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas 2010

Nosso quinto modelo tem como variável dependente a participação política pedido de ajuda ou cooperação a alguma autoridade local.²² Ao observarmos a tabela 6, notamos que a participação política em questão é impactada por habilidades cívicas, interesse por política e por três dimensões de legitimidade.

²² Não conseguimos classificar essa variável dependente em nenhuma das modalidades propostas por Fialho (2008), entretanto seria equivocado excluí-la de nossa análise, já que a literatura a aponta como um importante indicador de participação política. Temos consciência também de que o contexto em que se encontra essa dependente na literatura internacional pode divergir ao caso brasileiro, quando esse último possui agudos casos de clientelismo (LEAL, 1997; CARVALHO, 1997). Mesmo com essas dificuldades teóricas, decidimos por elaborar um modelo para essa variável dependente.

4.6 – Participação política: trabalho informal na comunidade

Tabela 7. Modelo de regressão logística para estimar a variável dependente Trabalho informal em comunidade

	Razão de chance	P> t
Constante	.1282274	0.009
Renda familiar		
Sem renda até R\$ 1.020,00	Referência	Referência
De R\$ 1.020,01 até R\$ 1.530,00	1.042766	0.856
De R\$ 1.530,01 até mais de R\$ 10.200	1.478425	0.030
Educação		
De 0 a 4 anos de estudo	Referência	Referência
De 5 a 8 anos de estudo	1.586029	0.092
De 9 até 11 anos de estudo	1.200055	0.383
De 12 a 17 anos de estudo	2.417138	0.002
Participação em reuniões de alguma organização religiosa	1.178621	0.076
Participação em reuniões de uma associação de pais e mestres da escola ou colégio	1.213756	0.041
Participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade	2.450182	0.000
Participação em associação de profissionais, comerciantes, produtores e/ou organizações rurais.	1.403947	0.031
Interesse por política	1.677159	0.003
Eficácia política	.979397	0.638
Existência de uma comunidade política	.9743391	0.750
Apoio aos princípios do regime	.9956646	0.961
Apoio às instituições do regime	1.00975	0.922
Avaliação do desempenho do regime	1.002254	0.967
Apoio ao governo local	.960707	0.646
Apoio às lideranças políticas e às autoridades	1.13704	0.206
Observações	1394	

Fonte: Elaboração própria com dados do Barômetro das Américas 2010

Nosso sexto modelo explicativo tem como variável dependente o trabalho informal na comunidade. Como podemos observar na tabela 7, a dependente em questão é impactada por

renda, habilidades cívicas, interesse por política e pela dimensão de legitimidade apoio às lideranças políticas e às autoridades ²³.

4.7- Tentativas de Respostas

Quem são eles?

Para tentarmos responder a essa questão, utilizamos os recursos do *Modelo do Voluntarismo Cívico* proposto por Verba, Schlozman e Brady (1995). Como já explicamos em capítulos anteriores, recursos como dinheiro e habilidades cívicas aumentam a probabilidade de os indivíduos serem ativos politicamente (PUTNAN, 1996; VERBA, SCHLOZMAN e BRADY, 1995; ALMOND e VERBA, 1963). Por isso, escolhemos, para tentar responder *quem são* os indivíduos que participam politicamente, as variáveis independentes renda familiar, educação e participação não política.

Ao analisarmos os seis modelos construídos através da fusão dos dois modelos, constatamos que alta renda familiar aumenta as chances de os indivíduos participarem de manifestação ou protesto público e de trabalharem informalmente em comunidades se comparados àqueles indivíduos que possuem baixa renda. Já os indivíduos com renda mediana possuem mais chances de tentar convencer outras pessoas a votarem em algum partido ou candidato e a participarem de reuniões de partido ou movimento político do que os indivíduos que possuem baixa renda. Enquanto isso, os indivíduos que possuem maior renda são também aqueles com menores chances de participarem trabalhando em campanhas eleitorais.

²³ Decidimos considerar essa dimensão como significativa pela proximidade do valor encontrado ao p-valor de até 0.2.

Ao se tratar das habilidades cívicas, Verba, Schlozman e Brady (1995) afirmam que essas são adquiridas em todos os ciclos da vida, começando especialmente na escola e depois na vida adulta. Para os autores, a educação desenvolve habilidades importantes para a participação política – como falar e escrever ou o conhecimento de como lidar em um ambiente organizacional. Outra característica da educação é a transmissão de informações sobre governos e políticas. Quando o indivíduo dispõe desse tipo de habilidade, ele é encorajado a ter atitudes tais como o senso de responsabilidade cívica, logo passando a ocupar posições de liderança em locais como trabalho, igreja e/ou associações voluntárias. Na vida adulta, as habilidades cívicas são adquiridas nas instituições não políticas – local de trabalho, associações voluntárias e igreja. Essas organizações desenvolvem nos indivíduos uma exposição ao estímulo político.

Nossos resultados mostraram que o alto nível educacional é um importante fator explicativo para manifestação ou protesto público, participação de reuniões de partido ou movimento político, trabalho informal em comunidades e pedido de ajuda ou cooperação a alguma autoridade local; notando-se que indivíduos mais escolarizados possuem mais chances de praticar os três primeiros tipos de participação política. Enquanto isso, pedido de ajuda ou cooperação a alguma autoridade local tem suas chances reduzidas por causa do alto nível educacional.

Analisando nossos dados, percebemos que os indivíduos que têm mais chances de ser ativos politicamente são aqueles que frequentam ambientes de participação não política, onde as habilidades cívicas são desenvolvidas. As seis modalidades de participação política foram impactadas positivamente por, no mínimo, duas formas de participação não política. Atentemo-nos para apenas uma peculiaridade que foi contra o que afirma o *Modelo do*

Voluntarismo Cívico: indivíduos que frequentam reuniões de alguma organização religiosa têm menos chances de trabalhar em campanhas eleitorais.

De acordo com a abordagem baseada na posse de recursos, aspecto crucial na elaboração do *Modelo do Voluntarismo Cívico*, espera-se que, *ceteris paribus*, os indivíduos mais providos de recursos socioeconômicos sejam também aqueles que mais se mobilizam politicamente. Verba, Schlozman e Brady (1995), em seus achados, reafirmam esse argumento desenvolvendo a análise de que indivíduos que possuem mais recursos requeridos para a participação política vocalizam de forma mais eficiente suas preferências e fazem com que elas cheguem de forma mais adequada à esfera política através da participação política.

Nossos resultados também apontaram que a participação política é um produto altamente impactado por recursos. Por isso, podemos afirmar que corroboramos os achados de Verba, Schlozman e Brady (1995) quando encontramos em nossos resultados que renda, escolaridade e participação em organizações não políticas são importantes fatores explicativos à participação política.

Verba, Schlozman e Brady (1995) afirmam que indivíduos detentores de mais recursos são aqueles que possuem mais chances de participação. Nossos achados reafirmaram o argumento dos autores em quase todos os momentos. Apenas três pontos de nossa análise não convergiram com o que aponta a literatura.

O primeiro ponto foi a alta renda diminuir as chances de trabalho em campanhas eleitorais. O segundo, a alta escolaridade diminuir as chances de pedir ajuda ou cooperação a alguma autoridade local. E, por último, a participação em reuniões de alguma organização religiosa diminuir as chances de trabalho em campanhas eleitorais.

As duas primeiras contraposições podem ser explicadas por um aspecto contextual, peculiar à realidade brasileira. O trabalho em campanhas eleitorais no Brasil é, por muitas vezes, remunerado e foge da ideia de contribuição exclusivamente por identificação partidária. Isso explica o fato de que indivíduos de alta renda tenham menos chances de trabalhar em campanhas eleitorais.

Sobre a alta escolaridade diminuir as chances de se pedir ajuda ou cooperação a alguma autoridade local, sugerimos como explicação a existência de relações clientelísticas no Brasil. Sendo assim, é mais provável que indivíduos de baixa escolaridade solicitem ajuda ou cooperação a alguma autoridade local.

A participação em reuniões de alguma organização religiosa diminui as chances de trabalho em campanhas eleitorais. Para essa relação, não encontramos explicações contextuais plausíveis. Deixamos, assim, a agenda sobre esse tema para trabalhos futuros.

Por que participam?

Por que participam? também é uma questão respondida pelo *Modelo do Voluntarismo Cívico* através do engajamento político²⁴. Para Verba, Schlozman e Brady (1995), o engajamento é relacionado a quatro fatores que são condicionantes da participação política: o grau de interesse do indivíduo por assuntos políticos, o grau de informação política, a identificação partidária e a eficácia política subjetiva. O último fator, a eficácia política, consiste no sentimento que os indivíduos têm a respeito da diferença que eles são capazes de fazer quando envolvidos em atividades políticas.

²⁴ Gostaríamos de ter trabalhado a questão do recrutamento em nosso modelo, entretanto não foi possível por limitações metodológicas, já que não possuímos uma variável relacionada à questão em nosso questionário.

Nós mensuramos o engajamento através do interesse por política e da eficácia política, e corroboramos o *Modelo do Voluntarismo Cívico* ao percebermos que em todas as seis modalidades de participação política os indivíduos interessados por política tiveram mais chances de participar, enquanto a eficácia política aumenta as chances de os indivíduos participarem em três tipos de atividades: trabalhar em campanhas eleitorais, participar de reuniões de um partido ou movimento político e tentar convencer outras pessoas a votarem em algum partido ou candidato.

Como as atitudes em relação ao regime político e suas instituições impactam a participação política e definem os canais por onde ela acontece?

Essa questão é respondida pelo grau de legitimidade que os regimes democráticos possuem. Foi possível mensurarmos opiniões e sentimentos individuais a respeito da política por meio das seis dimensões de legitimidade propostas no *modelo dos efeitos da legitimidade sobre participação política* que incluímos em nossa fusão de dois modelos. Percebemos que cinco das seis dependentes de participação política investigadas por nós foram impactadas significativamente por, ao menos, uma dimensão de legitimidade. Isso nos permite corroborar os argumentos de Booth e Seligson (2009) que apontam que a legitimidade impacta o funcionamento do sistema político por influenciar no grau de participação política. Afirmamos, então, que a legitimidade impacta a participação política.

A participação política em manifestação ou protesto público é impactada por duas dimensões de legitimidade: a existência de uma comunidade política e o apoio aos princípios do regime. A primeira dimensão de legitimidade exerce um impacto negativo, enquanto a segunda exerce um impacto positivo sobre a participação em questão. Portanto, os indivíduos que se sentem orgulhosos de ser brasileiros são aqueles que possuem menos chances de

participarem de manifestação ou protesto público, enquanto aqueles que aprovam as normas fundamentais do regime brasileiro têm mais chances de participarem. Devemos nos atentar aos indicadores utilizados para mensurar o apoio aos princípios do regime, que foram: aprovar ou desaprovar a participação de manifestações legalmente permitidas, pessoas que participam de grupos que tentam resolver problemas da comunidade, pessoas que trabalham em campanhas eleitorais para partidos ou candidatos.

Já tentar convencer outras pessoas a votarem em algum partido ou candidato é impactado por duas dimensões de legitimidades, sendo negativamente pelo apoio às instituições do regime e positivamente pelo apoio às lideranças políticas e às autoridades. Assim, indivíduos que acreditam na justiça e confiam nas instituições políticas do Brasil, que acreditam que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro e sentem orgulho de viver sobre esse sistema possuem menos chance de tentar convencer outras pessoas a votarem em algum partido ou candidato; como também aqueles indivíduos que se sentem satisfeitos com medidas tomadas pelo governo brasileiro possuem mais chances de tentar convencer outras pessoas a votarem em algum partido ou candidato. Podemos analisar esse tipo de participação política à luz da distinção, proposta por Easton (1965), entre *apoio difuso* e *apoio específico* ao regime. O *apoio difuso* remete-se à atitude do indivíduo em relação ao sistema político como um todo, enquanto o *apoio específico* refere-se ao funcionamento cotidiano das instituições. Afirmamos então que indivíduos que possuem alto apoio difuso têm menores chances de tentar convencer alguém a votar em determinado candidato, enquanto que indivíduos que possuem alto apoio específico têm maiores chances.

A participação em reuniões de partido ou movimento político é impactada significativa e positivamente por apenas uma dimensão de legitimidade política, o apoio aos princípios do regime. Podemos dizer, por isso, que indivíduos que aderem às normas do

regime possuem mais chance de participarem dessa modalidade. Esse tipo de participação política nos demanda a mesma atenção que a participação em manifestação, lembrando que os indicadores utilizados para mensurar o apoio aos princípios do regime são aprovar ou desaprovar a participação de manifestações legalmente permitidas, pessoas que participam de grupos que tentam resolver problemas da comunidade, pessoas que trabalham em campanhas eleitorais para partidos ou candidatos.

Os tipos de participação política pedido de ajuda ou cooperação a alguma autoridade local e trabalho informal em comunidade têm maiores chances de ser praticados por indivíduos apoiadores dos princípios do regime, que avaliam bem o desempenho do regime e apoiam às lideranças políticas e às autoridades.

Por quais canais participam?

A questão ***por quais canais participam?*** é respondida com a análise da relação entre os canais de participação utilizados pelos indivíduos que participam politicamente e as dimensões de legitimidade a que esses indivíduos aderem. Essa é uma discussão abordada por Booth e Seligson (2009) quando os autores questionam se indivíduos satisfeitos com o regime participam mais por canais tradicionais²⁵ de participação e aqueles insatisfeitos participam mais fora desses canais – por exemplo, protestando.

Para respondermos a essa questão, devemos nos atentar inicialmente para a proporção²⁶ de cada modalidade de participação: participação política em manifestação ou

²⁵ Consideramos como canais tradicionais de participação as atividades participativas que utilizam como mecanismos de sua realização os aparatos institucionais do sistema político. Temos, por exemplo, dessas atividades, a participação política como votar ou o ativismo partidário.

²⁶ Pelos modelos de regressão, não é possível responder a essa pergunta.

protesto público (6,93%), participação política como o pedido de ajuda ou cooperação a alguma autoridade local (17,01%), participação política com trabalho informal em comunidade (26,38%), trabalho em campanhas eleitorais (13,15%), participação em reuniões de um partido ou movimento político (9,36%), tentativa de convencer outras pessoas a votarem em algum partido ou candidato (45,82%).

Diante de nossos resultados, podemos afirmar que aqueles indivíduos que possuem sentimento de comunidade política tem menos chances de participar de protesto e manifestações públicas, que são os canais de participação externos ao sistema, como afirmaram Booth e Seligson (2009), Norris (2002) e Dalton (2008). E, por último, indivíduos que tentam contribuir para a comunidade em que moram, de maneira individual ou coletiva, via pedido de ajuda ou cooperação à alguma autoridade local ou trabalhando informalmente em comunidade, são indivíduos que avaliam bem o desempenho dos regimes e apoiam os seus princípios. Acreditamos que avaliar bem o desempenho do regime e apoiar as normas que regem esse regime são características de indivíduos satisfeitos com a comunidade em que vive, esse fato pode estimular atitudes de contribuição na busca de melhorias para o local em que esses indivíduos vivem e aumentar as chances de participação nas modalidades pedido de ajuda ou cooperação a alguma autoridade local ou trabalhando informalmente em comunidade.

Considerações finais

Para pensar o fenômeno da participação política, era preciso decidir o que nós acreditávamos ser participação política. Partimos em busca dessa definição na literatura clássica, tentamos revisar o que foi considerado como participação política pelos autores que já haviam se debruçado sobre o tema e nos esforçamos para captar o que existia de mais avançado nessa literatura. Esse esforço teórico foi um de nossos objetivos e constituiu o primeiro capítulo deste trabalho.

No segundo capítulo, tentamos apresentar, de maneira detalhada e compreensível, *O Modelo do Voluntarismo Cívico* desenvolvido por Verba, Scholzman e Brady (1995), e o *modelo dos efeitos da legitimidade sobre a participação política*, elaborado por Booth e Seligson (2009). Esses dois modelos foram bases teóricas para nosso trabalho quando nos propusemos a elaborar um modelo mais explicativo para a participação política. Eles tiveram essa importância porque realizamos uma fusão das variáveis que construíram cada um desses modelos, e, com essa junção, elaboramos nosso próprio modelo.

Esse trabalho requereu uso de metodologia quantitativa. O capítulo três é uma tentativa de mostrar ao leitor como essa metodologia foi desenvolvida e aplicada. Ancorados em teorias e metodologia, conseguimos desenvolver a fusão de dois modelos, que nos permitiu tentar responder as questões propostas no início deste trabalho.

O capítulo quatro apresenta os resultados obtidos em nossos modelos de regressão multivariados construídos por meio da fusão de dois modelos. A partir da análise dos dados, constatamos que os recursos renda e habilidades cívicas, o engajamento político e as dimensões de legitimidade são preditores explicativos da participação política. Constatamos também que cada modalidade de participação política é explicada por um conjunto de variáveis independentes, e não por todas elas ao mesmo tempo. Com esse achado, pudemos

analisar as combinações das variáveis independentes que impactaram significativamente cada variável dependente de participação política e chegarmos a algumas conclusões. Acreditávamos que, se nossa hipótese fosse comprovada, seria possível responder as seguintes perguntas: quem são os indivíduos que participam? Como as atitudes em relação ao regime político e suas instituições impactam a participação política e definem os canais por onde ela acontece? E por que os indivíduos participam? O capítulo quatro também é constituído de tentativas de respostas às indagações propostas.

Nosso trabalho evidenciou a força explicativa do *Modelo do Voluntarismo Cívico* e a importância das dimensões de legitimidade na explicação da participação política. Em uma tentativa de apontar que diversos tipos de participação política possuem diversos determinantes explicativos e efeitos, chegamos ao resultado que apontou a existência de uma multicausalidade dos determinantes explicativos do fenômeno da participação política, ou seja, diversos preditores são capazes de explicar ao mesmo tempo o fenômeno investigado por nós.

Ilustramos o modelo utilizando os dados sobre o Brasil. Tratando-se do país em questão, as desigualdades na distribuição de recursos econômicos são transferidas e reforçadas pelas desigualdades na distribuição da informação e de voz política, como afirma Rennó (2007).

Concordamos com Verba, Schlozman e Brady (1995) que uma maior igualdade de participação política é desejável e saudável e contribui para a democracia. Como, em parte, a

desigualdade socioeconômica tende a gerar a desigualdade política, esse é um grande desafio para países como o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMOND, G.A.; VERBA, S. *The civic culture: Political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park: Sage, 1963.

ARISTOTLE. *Politics (Aristotle's Politics)*. Translates by Richard Robinson. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BARNES, S.H.; KAASE, M (org.). *Political action: Mass participation in five Western democracies*. Beverly Hills: Sage, 1979.

BOOTH, J. A.; SELIGSON, M. *The Legitimacy Puzzle in Latin America: Political Support an Democracy in Eight Latin America Nations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BORBA, J. Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. *Revista Sociedade e Estado* - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012.

BRODY, R. (1978). The puzzle of political participation in America. In Samuel Beer (Ed.), *The new American political system* (PAGE #?). Washington, DC: American Enterprise Institute.

BUENO, N. S. (2010), “Raça e Comportamento Político em Perspectiva Comparada: Evidências de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo”. Trabalho apresentado no 34º *Encontro Anual da Anpocs*. Caxambú, outubro de 2010.

CARVALHO, J. M. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados* vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro , 1997.

COHEN, C. *Democracy*. New York: The Free Press, 1973.

DALTON, R. *Citizen Politics: Public Opinion and Political Parties In Advanced Industrial Democracies*. Washington, DC: CQ Press, 2008.

DAHL, R.A. *A preface to Democratic Theory*. Charles R. Walgreen Foundation Lectures. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

DAHL, R.A. *On Democracy*. New Haven; Conn: Yale University Press, 1998.

EASTON, D. *A systems Analysis of political LIFE*. New York: John Woley, 1965.

FIALHO, F. Participação e desigualdade política: um exercício em teoria e método. *Dissertação de mestrado, programa de pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais*, 2009.

Held, D. Democracy. *In The Oxford Companion to Politics of the Word*, edited by Joel Krieger. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HUNTINGTON, S. P.; NELSON, J. M. *No easy choice: political participation in developing countries*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1976.

INGLEHART, Ronald. *The silent revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, Ronald. *Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. New York: Cambridge University Press, 2005.

LEAL, V. N. Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil. 6ª impressão. Editora Nova Fronteira, 1997. *Dados* vol. 40 no. 2 Rio de Janeiro, 1997.

MILBRATH, L. W. *Political Participation*. Chicago: RandMcNally, 1965.

MILL, J. S. *Considerations on Representative Government*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1958.

NORRIS, P. *Critical Citizens: global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, P. *Democratic Phoenix: reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PATEMAN, C. *Participation and Democracy Theory*. New York: Cambridge University Press, 1970.

PIZZORNO, A. Introduction al estudio de La participación política. In: PIZZORNO, A.; KAPLAN, M.; CASTELLS, M. *Participación y cambio social en la problemática contemporánea*. Buenos Aires: SIAP, 1975.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RENNÓ, L. R. Desigualdade e Informação Política: As Eleições Brasileiras de 2002. Lucio R. Rennó DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 4, 2007, pp. 721 a 755.

SIDNEY, W. M. *Crises and sequences in political development*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1971. p.159-204.

TIMPONE, R. J. 1998. Ties that bind: measurement, demographics, and social connectedness. *Political Behavior*, vol. 20, no 1, pp. 53-77.

VERBA, S.; NIE, N. H. *Participation in America - Political Democracy and Social Equality*. Harper & Row Publishers: New York, 1972.

VERBA, S., SCHLOZMAN, K.L.; BRADY, H.E. *Voice and equality. Civic voluntarism in American politics*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1995.

WEBER, Max. A ciência como vocação [1919]. In: WEBER, Max. *Ciência e política, duas vocações*. São Paulo, 1919.

WEINER, M. Political participation: crisis of the political process. In: BINDER, Leonard; COLEMAN, James S.; LaPALOMBARA, Joseph; PYE, Lucian W.; VERBA, Sidney; WEINER, Myron. *Crises and sequences in political development*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1971. p.159-204.

Apêndice 1

A construção das variáveis

Quando trabalhamos com dados secundários e planejamos elaborar modelos analíticos, as vezes, é necessário a reformulação das variáveis originais. Descreveremos aqui, como foram construídas cada variável utilizada nesse trabalho.

A variável dependente participação em manifestação ou protesto público era inicialmente binária com opções de resposta (1) Sim (2) Não (88) NS (98) NR e foi mantida binária com possibilidades de resposta (1) Sim (2) Não. As possibilidades de resposta (88) NS (98) NR foram desconsideradas.

A variável dependente tentar convencer outras pessoas de votar em algum partido ou candidato era inicialmente ordinal com opções de resposta (1) Frequentemente (2) De vez em quando (3) Muito raramente (4) Nunca (88) NS (98) NR e foi transformada em binária com possibilidades de resposta (1) Sim (2) Não. A resposta (1) Sim é resultado da junção das opções (1) Frequentemente (2) De vez em quando e a resposta (2) Não é resultado da junção das opções (3) Muito raramente (4) Nunca. As possibilidades de resposta (88) NS (98) NR foram desconsideradas.

A variável dependente assistir reuniões de um partido ou movimento político era inicialmente ordinal com opções de respostas (1) Uma vez por semana (2) Uma ou duas vezes ao mês (3) Uma ou duas vezes ao ano (4) Nunca (88) NS (98) NR e foi transformada em binária com possibilidades de resposta (1) Sim (2) Não. A resposta (1) Sim é resultado da junção das opções (1) Uma vez por semana (2) Uma ou duas vezes ao mês (3) Uma ou duas vezes ao ano e a resposta (2) Não é resultado da opção (4) Nunca. As possibilidades de resposta (88) NS (98) NR foram desconsideradas.

A variável dependente pedir ajuda ou cooperação à alguma autoridade local era inicialmente binária com opções de resposta (1) Sim (2) Não (88) NS (98) NR e foi mantida binária com possibilidades de resposta (1) Sim (2) Não. As possibilidades de resposta (88) NS (98) NR foram desconsideradas.

A variável dependente trabalhar em campanhas políticas era inicialmente binária com opções de resposta (1) Sim (2) Não (88) NS (98) NR e foi mantida binária com possibilidades de resposta (1) Sim (2) Não. As possibilidades de resposta (88) NS (98) NR foram desconsideradas.

A variável dependente trabalhar informalmente em comunidade era inicialmente ordinal com opções de resposta (1) Frequentemente (2) De vez em quando (3) Muito raramente (4) Nunca (88) NS (98) NR e foi transformada em binária com possibilidades de resposta (1) Sim (2) Não. A resposta (1) Sim é resultado da junção das opções (1) Frequentemente (2) De vez em quando e a resposta (2) Não é resultado da junção das opções (3) Muito raramente (4) Nunca. As possibilidades de resposta (88) NS (98) NR foram desconsideradas.

A variável independente renda era inicialmente ordinal com as seguintes opções de resposta: (00) Sem Renda (01) Até R\$ 510,00 (02) De R\$ 510,01 até R\$ 1020,00 (03) De R\$ 1020,01 até R\$ 1.530,00 (04) De R\$ 1.530,01 até R\$ 2.550,00 (05) De R\$ 2.550,01 até R\$ 3.570,00 (06) De R\$ 3.570,01 até R\$ 4.080,00 (07) De R\$ 4.080,01 até R\$ 6.120,00 (08) De R\$ 6.120,01 até R\$ 7.650,00 (09) De R\$ 7.650,01 até R\$ 10.200,00 (10) Mais de R\$ 10.200,01 (88) NS (98) NR. A variável em questão foi mantida ordinal com possibilidades de resposta (1) Sem Renda até 1020,00 (2) De R\$ 1020,01 até R\$ 1.530,00 (3) De R\$ 1.530,01 até Mais de R\$ 10.200,01. As possibilidades de resposta (88) NS (98) NR foram desconsideradas.

A variável independente escolaridade é ordinal e tem como possibilidades de resposta o total de anos de estudo dos entrevistados, os quais vão de 0 a 15 anos. Para trabalharmos com essa variável a mantivemos ordinal separando-a em quatro categorias: (1) 0 a 4 anos de estudo (2) 5 a 8 anos de estudo (3) 9 a 11 anos de estudo (4) 12 a 17 anos de estudo. As possibilidades de resposta (88) NS (98) NR foram desconsideradas.

A variável independente participação em reuniões de alguma organização religiosa era inicialmente ordinal com opções de respostas (1) Uma vez por semana (2) Uma ou duas vezes ao mês (3) Uma ou duas vezes ao ano (4) Nunca (88) NS (98) NR e foi mantida como ordinal, entretanto com possibilidades de resposta modificadas, sendo essas: (1) Nunca (2) As vezes (3) sempre. A resposta (1) Nunca é resultado da opção (4) Nunca, a resposta (2) as vezes é resultado da opção (3) uma ou duas vezes ao ano e a resposta (3) sempre é resultado da junção da opção (2) Uma ou duas vezes ao mês e da opção (1) uma vez por semana. As possibilidades de resposta (88) NS (98) NR foram desconsideradas.

A variável independente participação em reuniões de uma associação de pais e mestres da escola ou colégio era inicialmente ordinal com opções de respostas (1) Uma vez por semana (2) Uma ou duas vezes ao mês (3) Uma ou duas vezes ao ano (4) Nunca (88) NS (98) NR e foi mantida como ordinal, entretanto com possibilidades de resposta modificadas, sendo essas: (1) Nunca (2) As vezes (3) sempre . A resposta (1) Nunca é resultado da opção (4) Nunca, a resposta (2) as vezes é resultado da opção (3) uma ou duas vezes ao ano e a resposta (3) sempre é resultado da junção da opção (2) Uma ou duas vezes ao mês e da opção (1) uma vez por semana. As possibilidades de resposta (88) NS (98) NR foram desconsideradas.

A variável independente participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade era inicialmente ordinal com opções de respostas (1) Uma vez por semana (2) Uma ou duas vezes ao mês (3) Uma ou duas vezes ao ano (4) Nunca

(88) NS (98) NR e foi mantida como ordinal, entretanto com possibilidades de resposta modificadas, sendo essas: (1) Nunca (2) As vezes (3) sempre. A resposta (1) Nunca é resultado da opção (4) Nunca, a resposta (2) as vezes é resultado da opção (3) uma ou duas vezes ao ano e a resposta (3) sempre é resultado da junção da opção (2) Uma ou duas vezes ao mês e da opção (1) uma vez por semana. As possibilidades de resposta (88) NS (98) NR foram desconsideradas.

A variável independente participação em associação de profissionais, comerciantes, produtores e/ou organizações rurais era inicialmente ordinal com opções de respostas (1) Uma vez por semana (2) Uma ou duas vezes ao mês (3) Uma ou duas vezes ao ano (4) Nunca (88)NS (98) NR e foi mantida como ordinal, entretanto com possibilidades de resposta modificadas, sendo essas: (1) Nunca (2) As vezes (3) sempre. A resposta (1) Nunca é resultado da opção (4) Nunca, a resposta (2) as vezes é resultado da opção (3) uma ou duas vezes ao ano e a resposta (3) sempre é resultado da junção da opção (2) Uma ou duas vezes ao mês e da opção (1) uma vez por semana. As possibilidades de resposta (88) NS (98) NR foram desconsideradas.

A variável independente interesse por política era inicialmente ordinal com opções de respostas (1) Muito (2) Algo (3) Pouco (4) Nada (88) NS (98) NR e foi transformada em binária com possibilidades de resposta (1) Sim (2) Não. A resposta (1) Sim é resultado da junção das opções (1) Muito (2) Algo enquanto a resposta (1) Não é resultado da junção das opções (3) Pouco (4) Nada. As possibilidades de resposta (88) NS (98) NR foram desconsideradas.

A variável eff1 referente a eficácia política e a variável b43 referente a existência de uma comunidade política foram mantidas em seu formato original de variável ordinal.

Para a construção das variáveis independentes apoio aos princípios do regime; apoio às instituições do regime; apoio ao governo local apoio às lideranças políticas e às autoridades foram utilizadas técnicas análise factorial. Para apoio aos princípios do regime fizemos análise factorial com as variáveis aprovar ou desaprovar a participação de pessoas em manifestações permitidas por lei, aprovar ou desaprovar a participação de pessoas em uma organização ou grupo para resolver os problemas das comunidades E aprovar ou desaprovar o trabalho de pessoas em campanhas eleitorais para um partido político ou candidato. Para apoio as instituições do regime fizemos análise factorial com as variáveis acreditar que os tribunais de justiça do Brasil garantem um julgamento justo, respeitar as instituições políticas do Brasil, acreditar que os direitos básicos do cidadão estão bem protegidos pelo sistema político brasileiro e sentir orgulho de viver dentro do sistema político brasileiro. Para avaliação do desempenho do regime fizemos análise factorial com as variáveis avaliação da situação econômica do país, avaliação da situação econômica atual do país em relação há doze meses e avaliação da situação econômica do país nos próximos doze meses. Para apoio ao governo local fizemos análise factorial com as variáveis confiar no governo municipal e avaliação dos serviços que a prefeitura oferece para as pessoas. Por último, para apoio às lideranças políticas e às autoridades locais fizemos análise factorial com as variáveis avaliação do combate a pobreza pelo atual governo federal, avaliação do combate a corrupção no governo federal e avaliação do atual governo federal referente a promoção e proteção aos princípios democráticos.

O propósito essencial da análise factorial é retratar a estrutura de covariâncias entre as variáveis em termos de um número menor de variáveis (não observáveis) chamadas factores. Por outras palavras, a análise factorial estuda os inter-relacionamentos entre as variáveis, num esforço para encontrar um conjunto de factores (em menor número que o conjunto de

variáveis originais) que exprima o que as variáveis originais partilham em comum. Portanto, pode-se concluir que a análise fatorial identifica variáveis que “explicam a mesma coisa”.

Para a variável independente avaliação do desempenho do regime fizemos uma análise fatorial confirmatória somando as variáveis avaliação da situação econômica do país, avaliação da situação econômica atual do país em relação há doze meses e avaliação da situação econômica do país nos próximos doze meses .

Apêndice II

Material de replicação:

Neste apêndice, encontra-se a Sintaxe utilizada para o programa Stata 12.

```
use "C:\Users\isis\Downloads\BRASIL ISIS STATA.dta", clear
```

```
svyset upm [pw=wt], strata (estratopri)
```

```
*DEPENDENTES
```

```
gen convenceu=.
```

```
replace convenceu=1 if pp1==1
```

```
replace convenceu=1 if pp1==2
```

```
replace convenceu=1 if pp1==3
```

```
replace convenceu=0 if pp1==4
```

```
gen assistiu_pol=.
```

```
replace assistiu_pol=1 if cp13==1
```

```
replace assistiu_pol=1 if cp13==2
```

```
replace assistiu_pol=1 if cp13==3
```

```
replace assistiu_pol=0 if cp13==4
```

```
gen protestou=.
```

```
replace protestou=1 if prot3==1
```

```
replace protestou=0 if prot3==2
```

```
gen trabalhou=.
```

replace trabalhou=1 if pp2==1

replace trabalhou=0 if pp2==2

gen pediuloc=.

replace pediuloc=1 if cp4a==1

replace pediuloc=0 if cp4a==2

gen reu_comunidade=.

replace reu_comunidade = 1 if cp5==1

replace reu_comunidade = 1 if cp5==2

replace reu_comunidade = 1 if cp5==3

replace reu_comunidade = 0 if cp5==4

*INDEPENDENTES

*QUEM?

*RENDA

gen renda=.

replace renda = 1 if q10==0 | q10==1 | q10==2

replace renda = 2 if q10==3

replace renda = 3 if q10==4 | q10==5 | q10==6 | q10==7 | q10==8 | q10==9 | q10==10

keep if renda!=.

*ESCOLARIDADE

*gen escol= ed

*recode escol (0/4=1)(5/8=2) (9/11=3) (12/18=4)

*tab escol

gen escolaridade=.

replace escolaridade=1 if ed==0
replace escolaridade=1 if ed==1
replace escolaridade=1 if ed==2
replace escolaridade=1 if ed==3
replace escolaridade=1 if ed==4
replace escolaridade=2 if ed==5
replace escolaridade=2 if ed==6
replace escolaridade=2 if ed==7
replace escolaridade=2 if ed==8
replace escolaridade=3 if ed==9
replace escolaridade=3 if ed==10
replace escolaridade=3 if ed==11
replace escolaridade=4 if ed==12
replace escolaridade=4 if ed==13
replace escolaridade=4 if ed==14
replace escolaridade=4 if ed==15
replace escolaridade=4 if ed==16
replace escolaridade=4 if ed==17

*HABILIDADES CÍVICAS

*Frequentar reuniões religiosas

gen reu_religiosa=.

replace reu_religiosa = 0 if cp6==4

replace reu_religiosa = 1 if cp6==3

replace reu_religiosa = 2 if cp6==2

replace reu_religiosa = 2 if cp6==1

*Frequentar reuniões escolares

gen reu_escolar=.

replace reu_escolar = 0 if cp7==4

replace reu_escolar = 1 if cp7==3

replace reu_escolar = 2 if cp7==2

replace reu_escolar = 2 if cp7==1

*Frequentar associação de bairro

gen reu_bairro=.

replace reu_bairro = 0 if cp8==4

replace reu_bairro = 1 if cp8==3

replace reu_bairro = 2 if cp8==2

replace reu_bairro = 2 if cp8==1

*Frequentar associação de comerciantes ou produtores

gen reu_comerciantes=.

replace reu_comerciantes = 0 if cp9==4

replace reu_comerciantes = 1 if cp9==3

replace reu_comerciantes = 2 if cp9==2

replace reu_comerciantes = 2 if cp9==1

*ENGAJAMENTO

*Interesse político

gen interesse=.

replace interesse=1 if poll==1

replace interesse=1 if poll==2

replace interesse=0 if poll==3

replace interesse=0 if poll==4

gen servicos=.

replace servicos=1 if sgl1==5

replace servicos=2 if sgl1==4

replace servicos=3 if sgl1==3

replace servicos=4 if sgl1==2

replace servicos=5 if sgl1==1

keep if protestou !=.

keep if convenceu !=.

keep if assistiu_pol !=.

keep if reu_comunidade !=.

keep if pediuloc !=.

keep if trabalhou !=.

keep if renda !=.

keep if escolaridade !=.

keep if reu_religiosa !=.

keep if reu_escolar !=.

keep if reu_bairro !=.

keep if reu_comerciantes !=.

keep if interesse !=.

keep if eff1 !=.

keep if servicos !=.

keep if e5 !=.
keep if e8 !=.
keep if e11 !=.
keep if b1 !=.
keep if b2 !=.
keep if b3 !=.
keep if b4 !=.
keep if b32 !=.
keep if n1 !=.
keep if n3 !=.
keep if n9 !=.
keep if soct1 !=.
keep if soct2 !=.
keep if soct3 !=.

* COMUNIDADE POLÍTICA

* b43

* Variáveis criadas por Fatorial

*APOIO AOS PRINCÍPIOS DO REGIME

factor e5 e8 e11, pcf

predict factor1

estat kmo

*APOIO AS INSTITUIÇÕES DO REGIME

factor b1 b2 b3 b4, pcf

predict factor2

estat kmo

*APOIO AO GOVERNO LOCAL

factor b32 servicos, pcf

predict factor3

estat kmo

*Apoio às lideranças políticas e às autoridades

factor n1 n3 n9, pcf

predict factor4

estat kmo

*Avaliação do desempenho do regime

gen soct1_1 =.

replace soct1_1=1 if soct1==1

replace soct1_1=1 if soct1==2

replace soct1_1=2 if soct1==3

replace soct1_1=3 if soct1==4

replace soct1_1=3 if soct1==5

gen soct = soct1_1 + soct2 + soct3

*Modelos de Regressão Logística

svy: logistic protestou i.renda i.escolaridade reu_religiosa reu_escolar reu_bairro
reu_comerciantes interesse eff1 b43 factor1 factor2 soct factor3 factor4

svy: logistic trabalhou i.renda i.escolaridade reu_religiosa reu_escolar reu_bairro
reu_comerciantes interesse eff1 b43 factor1 factor2 soct factor3 factor4

svy: logistic convenceu i.renda i.escolaridade reu_religiosa reu_escolar reu_bairro
reu_comerciantes interesse eff1 b43 factor1 factor2 soct factor3 factor4

svy: logistic assistiu_pol i.renda i.escolaridade reu_religiosa reu_escolar reu_bairro
reu_comerciantes interesse eff1 b43 factor1 factor2 soct factor3 factor4

svy: logistic pediuloc i.renda i.escolaridade reu_religiosa reu_escolar reu_bairro
reu_comerciantes interesse eff1 b43 factor1 factor2 soct factor3 factor4

svy: logistic reu_comunidade i.renda i.escolaridade reu_religiosa reu_escolar reu_bairro
reu_comerciantes interesse eff1 b43 factor1 factor2 soct factor3 factor4